

VOZ OPERÁRIA

N.º 365 ★ Rio de Janeiro ★ 12 de Maio de 1956

NEM UMA GRAMA DE TÓRIO PARA OS AMERICANOS!

(Leia na 6.ª pág.)



DESENVOLVEM-SE COM ÊXITO OS TRABALHOS PREPARATÓRIOS DA CONFERENCIA DAS MULHERES TRABALHADORAS

(Leia na 11.ª pág.)



O Que Está Ocorrendo na Organização do Atlântico Norte

(Leia na 2.ª pág.)



O 1.º DE MAIO EM S. PAULO

Nas fotos, dois aspectos das manifestações de 1.º de Maio na capital paulista. Ao alto, o deputado estadual Rocha Mendes, dirigente sindical dos gráficos, quando fazia uso da palavra, ladeado pelo sr. Porfirio da Paz, atual governador interino do Estado. Em baixo, outro flagrante do comício do Ibirapuera. Assim, no principal centro proletário do país, o Dia do Trabalho serviu para evidenciar o desenvolvimento da unidade da classe operária brasileira. As comemorações nos demais Estados decorreram também sob o signo da unidade. (Leia na 9.ª pág.)

REDOBRAR OS ESFORÇOS PARA A CONQUISTA DA ANISTIA

ENTRAMOS na fase da arrancada final para a vitória da anistia. O povo brasileiro está mais perto de conquistar sua justa aspiração. Para isso necessitam as forças democráticas, tôdas as organizações e pessoas empenhadas na campanha, de redobrar sua ação junto à Câmara dos Deputados, ao Senado e aos órgãos da opinião pública, a fim de que seja coroada a grande jornada patriótica.

O povo carioca tem dado uma elevada prova de compreensão da grande importância de que se reveste a conquista da anistia, comparecendo à Câmara dos Deputados a fim de entrar em contacto com os seus representantes e apoiar as suas manifestações pró-anistia. É necessário, entretanto, que também atue nesse sentido a população dos Estados, das grandes cidades e do interior lançando mão de todos os meios para exprimir sua vontade junto aos parlamentares.

De sul a norte, o povo deve encher as ruas com demonstração de que quer a anistia. Nenhuma forma de propaganda deve ser subestimada. Desde os cartazes aos telegramas à Câmara dos Deputados e ao Senado, onde se encontram os dois projetos, desde as visitas de comissões aos comícios nas praças públicas. Mas o povo brasileiro não restringe sua ação às manifestações junto ao Parlamento que se mostra crescentemente sensível

à vontade popular. A imprensa, como poderoso meio de propaganda que é, não tem desempenhado o papel que pode desempenhar na luta pela liquidação das desigualdades, injustiças e discriminações ideológicas, não se tem colocado em proporção considerável a serviço do grande anseio nacional da anistia. Se os leitores dos diferentes jornais que ainda não se manifestaram pela anistia formam comissões e visitam as redações desses jornais, no Distrito Federal, em São Paulo, nos demais Estados, os jornais que manifestam receptividade em face do público podem modificar sua posição e pronunciar-se a favor da anistia.

No momento, é preciso compreender que estamos às portas da concretização de uma aspiração de todos: a conquista da anistia. E para que esta seja coroada de êxito, nas jornadas que se avizinham na Câmara dos Deputados e no Senado, não há outro caminho que redobrar a atividade na luta pela vitória. Que se concentrem tôdas as forças na luta pela anistia. Que não se desperdice nenhum esforço na luta pela anistia. Se os representantes do povo, nas condições em que está colocado o problema da anistia, sentem junto a si, com mais vigor, o poderoso apoio das massas, a vontade popular será reconhecida quanto antes pelo Parlamento e a família brasileira congregada e pacificada.

BULGÂNIN E EDEN PALESTRAM

A visita dos dirigentes soviéticos Bulgânin e Kruschiov à Inglaterra constitui acontecimento de importância histórica nas relações internacionais — tal é a opinião de vários comentaristas ingleses. Por sua vez, o Primeiro Secretário do P.C.U.S. e o presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S., nos discursos pronunciados por ocasião de seu regresso a Moscou, assinalaram que a melhoria das relações anglo-soviéticas representa não apenas o início de uma nova etapa na ampliação dos laços e da colaboração entre os dois países, mas é também uma valiosa contribuição à causa da paz e do desenvolvimento das relações pacíficas em todo o mundo. No clichê ao lado, um aspecto do banquete oferecido na Mansion House pelo Prefeito de Londres aos dirigentes soviéticos, no qual aparecem Bulgânin e Eden palestrando cordialmente.



As Comemorações do 1º de Maio na URSS e China Popular

UM ARAUTO EMUDECIDO: A DERROTA DE KOTEWALA

Quando da Conferência de Bandung, "sir" John Kotewala, na época primeiro-ministro do Ceilão, assinalou-se como um pescador de águas turvas, interessado em impedir o curso daquele grande ato internacional de 29 países da África e da Ásia. O dirigente cingalês foi, como todos se recordam, autor de um discurso muito aplaudido no Departamento de Estado e no Foreign Office, no qual propunha a condenação do colonialismo "soviético", como baldado recurso para minorar o tom veemente pelo qual a assembléia condenava o verdadeiro colonialismo, o único existente, o das nações imperialistas.

A nota ensaiada por Kotewala desafiou, inteiramente, e ele mesmo findou por votar o texto defendido pela Índia e outros Estados. Claro, tal atitude não se devia a mero acaso. Chefe do Partido Nacional Unificado, "sir" John Kotewala adotou em importantes questões — como a da OTASE — posição de dubiedade, enquanto permitia o estabelecimento de bases inglesas no país. Em matéria de cooperação internacional com os países pacíficos fazia grandes restrições e não constituíam segredo os problemas que procurava criar para o primeiro-ministro da Índia, Nehru.

O povo do Ceilão tem, entretanto, boa memória. Por isso, nas eleições parlamentares realizadas em abril passado, o partido de Kotewala, que anteriormente detinha maioria absoluta no parlamento, foi derrotado. O direito de formar novo governo coube à Frente Única que tem como núcleo central o Partido da Liberdade (Sri Lanka), dirigido por Bandaranaike. A vitória da Frente Única se baseia em uma plataforma contrária à participação em blocos militares e a favor de relações amistosas com todos os países, na denúncia do acordo de defesa vigente com a Inglaterra que mantém bases militares no país e no recame do problema da permanência do Ceilão na Comunidade britânica.

Com essa vitória democrática, ganharam o povo cingalês e as forças da paz em todo o mundo. Perdeu, entretanto, o imperialismo que já não disporá de um arauto como Kotewala, quando reunir-se, em breve, a II Conferência dos Países da Ásia e da África.

OS dois principais países do campo socialista, União Soviética e China Popular, o 1º de Maio foi comemorado com o brilho tradicional. Em Pequim, na Praça Tianan Min, as personalidades do Partido Comunista e do Governo, tendo à frente Mao Tsé Tung, Shü Teh, Liu Chao Tsi e Chu En Lai assistiram a demonstração em que tomaram parte 110 mil trabalhadores das indústrias da capital. A manifestação transcorreu sob as palavras de ordem da unidade, paz e amizade entre os povos. Iniciada às 10 horas da manhã, terminou às 16 horas, prosseguindo a festa nas ruas e nos lares.

OS FESTEJOS EM MOSCOU

Em Moscou, realizou-se o desfile militar e a demonstração em que tomam parte os sindicatos, fábricas, empresas, etc., representando a população da Capital.

As 10 horas da manhã, quando soaram os carrilhões do Kremlin a imensa massa popular colocada na Praça Vermelha saudou entusiasmadamente a aparição, na tribuna do Mausoléu de Lênin e Stalin, dos dirigentes do Partido e do Governo. Pouco depois, em carro aberto, saía do portão do Kremlin, o ministro da Defesa da URSS, Marechal G. M. Jukov, que passa em revista as tropas em companhia do marechal Moskalkenko, comandante da parada e da guarnição de Moscou.

Depois de felicitar as tropas pela data de 1º de Maio, o ministro da Defesa pronuncia seu discurso. Sauda as forças armadas soviéticas, os trabalhadores da URSS e os

convitados estrangeiros, e assinala que o povo soviético, seguindo o caminho traçado por Lênin, alcança novos êxitos na edificação do comunismo.

VIGILÂNCIA NA LUTA PELA PAZ

«Os trabalhadores da grande China e de todas as democracias populares — declarou — também comemoram o 1º de Maio com grandes êxitos na construção da nova vida socialista. A festa de 1º de Maio — continua — é comemorada este ano sob o lema da intensificação da luta dos trabalhadores de todos os países pela paz entre

os povos, pela democracia, pela liberdade e a independência nacional.»

Afirmou adiante:

«O povo soviético deseja viver em paz e amizade com os povos de todos os países. O governo soviético continua lutando per-everantemente para que continue se aliviando a tensão internacional, para estabelecer relações amistosas entre os Estados, para ampliar os vínculos econômicos e culturais à base da igualdade e das vantagens mutuas.»

Recordou a seguir o ministro da Defesa que os círculos imperialistas, levados pelo afã de realizar seus objetivos guerreiros, continuam com a política de guerra fria,

política que visa a envolver as relações internacionais. «Nesta circunstância — afirmou — os povos não devem debilitar sua vigilância e decisão na luta pela paz, contra a ameaça de uma nova guerra.»

Terminado o discurso do marechal Jukov, iniciou-se o desfile militar que precede a grande demonstração dos moscovitas. O maravilhoso espetáculo do povo soviético em festa pelo 1º de Maio durou mais de quatro horas, tendo nele tomado parte mais de 500 mil pessoas.

A visita de Tito à França

AMPLA MARGEM PARA A COOPERAÇÃO EM BENEFÍCIO DA PAZ E SEGURANÇA

A presença do marechal Tito em Paris é um acontecimento de relevo nas negociações européias que se vêm desenvolvendo em diversos planos. Ninguém desconhece a importância crescente que vem assumindo a Jugoslávia, país que está construindo o socialismo, na política internacional, principalmente depois que se eliminaram as principais questões que a separaram da União Soviética e das democracias populares, na base das conversações de Belgrado. O XX Congresso do P.C.U.S. constituiu, recentemente, um novo fator de impulsionamento das relações jugoslavo-soviéticas.

A visita de Tito ocorre, ademais, às vésperas da partida de Guy Mollet para a União Soviética, a fim de entreter conversações com os líderes soviéticos, estando prevista, para o mês vindouro, uma visita do próprio dirigente jugoslavo a Moscou.

É de prever um exame geral da situação mundial entre os estadistas dos dois países mas, entre os temas, dois parecem ter necessariamente a prioridade: a questão da segurança européia e do rearmamento alemão e a da possibilidade de entendimento pacífico entre os países de regimes políticos diversos.

A propósito de ambos os problemas a posição da Jugoslávia é positiva: seu povo,

uma das principais vítimas da agressão nazista que repeliu heróicamente, sempre



adotou uma atitude condenatória a respeito do rearmamento da Alemanha, provocado pelos imperialistas americanos e ingleses e seu governo refletiu esse sentimento em muitos atos internacionais; defende, também, a extinção da política de blocos militares. No que se relaciona com a coexistência, a Jugoslávia também advoga e Tito declarou que as iniciativas soviéticas têm constituído uma contribuição para a manutenção da paz.

Quanto ao atual governo francês, apesar de suas vacilações e de erros de política que se chocam com sua origem de esquerda, tem representado, não só no plano internacional, como no interno, um avanço em relação a seus antecessores. Mollet foi um dos opositores à política americana na OTASE, advoga posição moderada na OTAN e, em relação aos países do Norte da África, está longe de satisfazer aos partidários mais abertos da reação, que pretendem manter ou reconduzir os povos dessa região ao colonialismo antigo. As relações dos atuais dirigentes franceses têm igualmente apresentado progressos em relação aos países pacíficos da Ásia (sobretudo Índia).

Há, assim, ampla margem para entendimento e cooperação internacional com a Jugoslávia. Do encontro de Paris só decorrerão prejuízos para os inimigos da paz.



DESAJUSTAMENTOS NA OTAN

DEPOIS de alguns dias de debates, os chanceleres da Organização do Tratado do Atlântico Norte emitiram um comunicado final dando os resultados mais evidentes de sua reunião em Conselho. Esse documento é um dos mais importantes surgidos ultimamente para melhor compreensão da política mundial contemporânea.

A Declaração da OTAN tem a característica de confissão aberta da necessidade de readaptação da política de seus Estados membros, à nova situação mundial, decorrente, sobretudo do fortalecimento do sistema mundial socialista, da posição pacífica de países não socialistas que integram a zona de paz e das mudanças radicais ocorridas, após a segunda grande guerra, nos países semicolonias e dependentes. Esses fatores e os êxitos da política internacional soviética, principalmente depois que a ela se imprimiu o chamado "novo curso", levaram a uma série de derrotadas a aliança "atlântica" baseada nas posições de força, e não só identificaram cada vez mais o socialismo e os países que o adotaram com a causa da paz e do progresso mas, também, aguçaram as contradições entre os próprios lobos imperialistas e seus sequazes. Não há muito, tornou-se pública a oposição entre as diretivas norte-americanas e o ponto de vista de certos governos, destacando-se a proposta francesa, apoiada pela Itália e Noruega, de que se desse mais ênfase ao lado econômico, diminuindo o caráter altamente prioritário que têm por definição os tratados como os da OTAN.

E a reunião "atlântica" revela precisamente o choque dessas tendências que levou a uma solução de compromisso: o comunicado final do Conselho procura conciliar as duas tendências, disfarçar os choques e adiar a solução definitiva que há de ser fruto de um processo. Temos, de um lado, a renovação de surradas calúnias anti-soviéticas e a tentativa de justificar a política do rearmamento e da guerra fria, sem que falte, mesmo, o recurso ao tom antigo das "posições de força". Mas, por outro lado, o documento não pode desconhecer a prática soviética da política de coexistência (da qual dá uma interpretação intencionalmente falsa e distorcida) nem o surgimento de um certo alívio da tensão internacional.

A situação política concreta em que têm de operar hoje os principais círculos belicistas levou-os, assim, à fórmula transitória que adotaram: os norte-americanos sobretudo insistiram na tecla militar e conseguiram reafirmá-la; mas, para isso, tiveram que ceder não só na confissão de

certos fatos, como, igualmente, na execução da colaboração econômica propugnada pela França, Itália e outros países.

Não é necessário dizer que a colaboração econômica, em termos atlânticos, continua a ser uma falsa colaboração, sujeita às condições militares do próprio Tratado do Atlântico e, portanto, subordinada a exigências políticas. Se executada nos termos em que a desejariam orientar os norte-americanos seria mesmo um novo processo de extorsão. Mas nem por isso deixa de assumir imensa importância, pois é o resultado prático imediato da derrota política que sofreram os belicistas lanques em seu próprio núcleo. Além disso, as manifestações de oposição que se vinham revelando antes não deixarão também de surgir no relativo ao novo plano, buscando os países membros da OTAN pesar cada vez mais nas deliberações, em detrimento das imposições americanas.

O entêro definitivo da OTAN é uma das necessidades da tranquilidade mundial. Em seu seio não poderá haver nunca nenhuma colaboração pacífica inteiramente proveitosa, devido ao próprio caráter do Tratado em que ela se baseia. A ajuda econômica não política encontrariam melhor canal na própria ONU, tal como propõe a URSS que sugeriu a constituição de um fundo de auxílio aos países subdesenvolvidos com as verbas que podem ser desviadas dos gastos militares, graças ao desarmamento. Mas é necessário compreender que aguardar um rompimento frontal de certos países com a aliança atlântica, na situação presente, seria dar provas de falta de senso realístico. Isso mesmo reconhece a URSS ao propor um pacto entre as organizações de Varsóvia e de Paris, como passo preliminar à dissolução de ambas. A acentuação da ênfase econômica de pactos como o balcânico já se mostrou, aliás, de grande utilidade para seu enfraquecimento.

O documento do Conselho da OTAN vale, sobretudo, não pelo que diz, mas pelo que revela: contradições crescentes e choques de diretivas. Os ministros de algumas potências assinaram a declaração, contradizendo flagrantemente posições já adotadas por seus Estados: foi o caso do representante da Islândia, país que acaba de solicitar a retirada das tropas americanas de seu solo, o do francês que já expressou a convicção de que não existe perigo de agressão soviética.

A OTAN está longe de ter entrado em agonia. Mas a reunião de Paris patenteia sua incompatibilidade com os novos ventos que sopram no mundo. E como estes se estão intensificando, tanto pior para a OTAN.

A Marcha Dos Projetos de Anistia

POR GRANDES maioria a Câmara dos Deputados aprovou o projeto Vieira de Melo, concedendo anistia aos que participaram dos acontecimentos político-militares de fins do ano passado-comêço deste ano, inclusive o episódio de Jacaré-Acanga. Anteriormente a maioria (sete votos) decidira manter o projeto do governo tal como fora apresentado, rejeitando a emenda Rogê Ferreira, que ampliava seus benefícios a todos os condenados e perseguidos políticos a partir de 1945. Através os srs. Vieira de Melo e Fernando Ferrari, líderes da maioria e do P.T.B., foi, porém, imediatamente requerida urgência para o projeto Sérgio Magalhães, que concede anistia ampla a partir de 1945.

A urgência para o projeto Sérgio Magalhães está sendo votada na Câmara. O sr. Fernando Ferrari, após conferenciar com o presidente da República, declarou à imprensa que o P.T.B. votará, em massa, pelo projeto. O sr. Vieira de Melo, também falando aos jornais, informou que o P.S.D. abrirá a questão, assinalando "a tendência irresistível da Câmara de aprovar a anistia ampla". Quanto à U.D.N., a maioria de sua bancada vota, antes, pela aprovação da emenda Rogê Ferreira ao projeto Vieira de Melo, o mesmo ocorrendo com o P.S.P. e outros partidos menores. Dependêrã, porém, do povo, a decisão final.

Adiado o Julgamento Dos Patriotas da FAB

O SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR decidiu transferir sine die o julgamento da apelação dos oficiais, sargentos e praças da Aeronáutica acusados de «atividades subversivas» em um processo lúquo, que fere frontalmente as liberdades constitucionais e foi baseado em uma trama antidemocrática urdida contra numerosos militares das três armas. A decisão do Superior Tribunal Militar, adotada de acordo com o parecer do procurador geral, sr. Ivo de Aquino, teve em vista os projetos de anistia em curso no Congresso Nacional, projetos que, uma vez aprovados, beneficiarão aqueles militares. São vítimas do processo em questão os maiores aviadores Fortunato Câmara de Oliveira e Sebastião Loureiro Dantas, capitão aviador Sebastião Lupi, sub-oficial Mustafa Sfaier e quinze sargentos.

Pela Imediata Revisão Das Atuais Tarifas do DCT

A ELEVAÇÃO DAS TARIFAS ATINGE ATÉ 1.400% — PROTESTOS DO POVO E DO COMÉRCIO CONTRA O AUMENTO ESCORCHANTE

CONGRESSO INTERNACIONAL DE JURISTAS

REALIZA-SE em Bruxelas, capital da Bélgica, entre os dias 22 e 25 de maio, o 6.º Congresso Internacional de Juristas Democráticos. O conclave é promovido pela Associação Internacional de Juristas Democratas, fundada em 1946, e discutirá as seguintes questões: a Carta da ONU, plataforma jurídica da coexistência pacífica, problemas do direito internacional privado, os direitos do indivíduo no processo penal e a eleição dos organismos dirigentes da Associação.

Para tratar da participação do Brasil no mencionado Congresso, reuniu-se no Distrito Federal, na última semana, a Associação Brasileira dos Juristas Democratas. A assembléia, que contou com a presença de magistrados e juristas de vários Estados, elegeu a delegação brasileira ao Congresso de Bruxelas e aprovou as teses a serem ali apresentadas.

Entrou em vigor a partir do dia 1.º de Maio a portaria n.º 223 do Ministério da Viação, que elevou de maneira vertical e desmedida as tarifas postais e telegráficas, algumas das quais em até 1.400%. Seria admissível, inequivocamente, um reajustamento razoável dos preços cobrados pelos serviços do Departamento dos Correios e Telégrafos, que estavam realmente em desacordo com o nível das tarifas nos países capitalistas. Entretanto, a revisão efetuada foi violenta e absurda, ultrapassando qualquer previsão ponderável. Eis alguns exemplos frisantes:

Os telegramas interestaduais sofreram um aumento de 1.400%, passando o grupo de 25 palavras, que custava Cr\$ 2,50, a custar nada menos de Cr\$ 37,50; o envio de livros, que custava 5 centavos por 100 gramas, subiu para 50 centavos (aumento de 900%); o de impressos que era de 20 centavos por 100 gramas, passou para Cr\$ 1,50 (aumento de 650%); de cartas urbanas, de 40 cen-

tavos para Cr\$ 2,50 (aumento de 525%); de telegramas urbanos, de Cr\$ 2,50 para Cr\$ 15,00 (aumento de 500%); de cartas interestaduais, de 60 centavos para Cr\$ 3,50 (aumento de 516,7%). O aumento, todavia, não se refere só às tarifas — o que torna-o duplo. Foram também diminuídas as unidades de peso para cartas, jornais, impressos, etc., e os grupos de palavras dos telegramas, que passaram ainda, quando urgentes, a custar o dobro do preço dos telegramas simples.

Além de vir sobrecarregar ainda mais as condições de vida do povo, a nova revisão vem prejudicar seriamente os jornais e revistas, as editoras, livrarias e laboratórios farmacêuticos, que terão que encerrar o serviço de envio de livros pelo reembolso postal e amostras de remédios ou senão aumentar ainda mais os preços. O movimento de protesto, que apenas se esboça

e já repercutiu no Parlamento, destina-se a fazer com que o governo reconsidere a medida que asfixia vários empreendimentos nacionais, entre os quais se destacam as empresas jornalísticas editoriais que utilizam amplamente os serviços postal e telegráfico.

VITÓRIA DO POVO CARIOCA A CONQUISTA DA AUTONOMIA

Grande e decisiva vitória obteve a campanha democrática pela autonomia do Distrito Federal quando, em sessão realizada no dia 8 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou aquela emenda constitucional por 191 votos contra 16. Decorridas cinco sessões, a emenda será novamente discutida e votada em caráter final, seguindo então para a promulgação, já que foi aprovada pelo Senado. Segundo estabelece o texto aprovado, o prefeito do Distrito Federal, assim como os vereadores, serão simultaneamente eleitos por um período de quatro anos. Seria aconselhável, entretanto, que o povo carioca pudesse eleger quanto antes seu Prefeito, ao invés de aguardar eleições para 1960.

A aprovação da autonomia do Distrito Federal, obtida após longos anos de lutas, é mais uma vitória que se enquadra no processo democrático em curso no país. Inegável contribuição para o êxito da batalha autonomista foi a intensificação da campanha popular, nos últimos meses, e que teve sua expressão máxima no recente II Congresso Pró-Autonomia e Reivindicações do Povo Carioca, que colocou na ordem-do-dia a necessidade da concessão daquela medida.

O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, tendo em conta os resultados positivos do PLANO LUIZ CARLOS PRESTES e a necessidade da construção planejada do Partido, decide:

1º) Que os ativos do controle final do PLANO LUIZ CARLOS PRESTES, encerrado a 29 de fevereiro, sejam realizados pelos Comitês Regionais, proceden-

RESOLUÇÃO DO COMITÊ CENTRAL DO P. C. B. SOBRE O PLANO LUIZ CARLOS PRESTES

do-se à entrega dos respectivos prêmios de emulação.

2º) Prorrogar a execução do PLANO LUIZ CARLOS PRESTES por mais 6 meses, a partir de 1º de março até 1º de setembro, com as

seguintes modificações:

a) incrementar o recrutamento de mulheres para o Partido;

b) intensificar a estruturação e ativação dos membros do Partido.

5º) Para atingir os ob-

jetivos acima, o recrutamento de mulheres será equiparado em pontos com o recrutamento realizado nas empresas de mais de 5.000 operários e a estruturação e ativação do Partido contará pontos como se fôs-

sem novos recrutamentos. São elevados em 50% as cotas constantes do Plano, referentes ao recrutamento e à ativação dos membros do Partido. As cotas referentes ao Programa ficam reduzidas de 1/3.

O COMITÊ CENTRAL determina que todos os organismos do Partido replanifiquem seu trabalho, tendo em conta as experiências acumuladas com a construção do Partido e tomem as medidas necessárias para tornar vitorioso o PLANO LUIZ CARLOS PRESTES no novo período de sua aplicação.

O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Rio, março de 1956

A Entrevista do Ministro da Guerra

PRONUNCIA-SE O GENERAL TEIXEIRA LOTT SOBRE IMPORTANTES PROBLEMAS NACIONAIS — REPERCUSSÃO DA ENTREVISTA NO SEIO DA OPINIÃO PÚBLICA

A DIFICULDADE presente está em que uma parte não percebe que estamos numa fase de evolução, cuja rapidez se acentua, no sentido de dar ao maior número a possibilidade de gozar dos bens que durante muito tempo foram privilégios da minoria. Estas são palavras do general Teixeira Lott, em entrevista concedida a um semanário, e que vem sendo objeto de amplo debate.

O ministro da Guerra mais uma vez define a posição das Forças Armadas nos acontecimentos de novembro do ano passado, assinalando que esta posição corresponde aos interesses do povo e da democracia. «Nós militares — diz o ministro — especialmente os do Exército, que anualmente recebe milhares de cidadãos de todas as classes sociais, somos, no exercício das funções que nos incumbem, forçados a sentir os anseios da população, o que nos sugere a idéia de contribuir de certa maneira para a satis-

fação desses desejos.» E acrescenta: «é meu dever expor as minhas idéias sobre certos problemas brasileiros, especialmente quando elas são fruto da experiência. As idéias práticas nascem do contato com a realidade, elas não surgem através da leitura; para tê-las é preciso que se ouça, veja, sinta e sofra.» Os ataques de certa imprensa e de certos porta-vozes do golpe à posição do general Teixeira Lott decorrem precisamente de que essa posição contraria os interesses e os planos dos que pretenderam e pretendem transformar as Forças Armadas do país em instrumento de seus planos sinistros, visando instaurar a ditadura terrorista a serviço dos colonizadores norte-americanos.

O ministro da Guerra ficou, ainda, sua posição face ao palpitante problema dos minérios atômicos, problema que, no momento, comove a opinião pública. «Minha opinião é a seguinte: — diz o general Teixeira Lott —

primeiro, sou contrário à exportação da areia monazítica; segundo, acho que se deve fazer no Brasil todo o processamento dos vários elementos minerais contidos na areia monazítica até se chegar aos produtos finais e trabalho de redução e apuração; terceiro, chegados a esse estágio, obtidos aqueles resultados, exportar apenas o que não nos for necessário, exportação e sa a ser feita aos preços vigentes no comércio internacional de cada um dos produtos.» Esta opinião coincide com a de todos os patriotas que, no momento, exigem a cessação da exportação das areias monazíticas e dos demais minérios radioativos, bem como seu aproveitamento no próprio país, com o início da construção de nossa própria indústria atômica, voltada para fins pacíficos.

A ampla repercussão favorável, no seio da opinião pública democrática, da entrevista do ministro da Guerra, deve-se a que o general Teixeira Lott interpretou os anseios populares de democracia, de solução dos problemas urgentes do país. A defesa da liberdade para o povo, do voto aos analfabetos — cuja negação afasta de uma participação mais ativa na vida política grandes massas do povo brasileiro — dos interesses nacionais contra interesses estrangeiros que se opõem ao nosso desenvolvimento industrial e ao aproveitamento, em nosso próprio benefício, das riquezas radioativas do país, estes são pontos essenciais do pronunciamento do ministro da Guerra, que correspondem aos interesses da maioria esmagadora da nação e nesta vêm encontrando apoio e aprovação.

FATOS da SEMANA

EM VISTA do surgimento de fatos novos e do crescente interesse popular em torno do problema dos minérios, o Congresso Nacional de Defesa dos Minérios será realizado no Rio, nos dias 9, 10 e 11 de junho próximo, e não em Belo Horizonte, como estava anunciado — tal a decisão da Comissão Executiva da qual conclave, tornada pública em nota distribuída à imprensa.

DESEMBARCARAM em Praga, no dia 9 do corrente, os 14 deputados brasileiros que foram convidados pela Assembléia Nacional da Tchecoslováquia a visitar aquele país de democracia popular. A delegação parlamentar brasileira, que representa oficialmente a Câmara de Deputados, foi recebida no aeroporto pelo vice-presidente da Assembléia Nacional da Tchecoslováquia, pelos ministros da Indústria e dos Assuntos Culturais e pelo ministro do Brasil em Praga. Os deputados brasileiros permanecerão 15 dias na Tchecoslováquia, seguindo depois para outros países da Europa Oriental.

ESTA circulando novamente a revista cultural "Para Todos", dirigida pelo romancista Jorge Amado. "Para Todos", que circula com 16 páginas e uma tiragem inicial de 50.000 exemplares, traz colaborações de destacadas figuras da literatura nacional.

O MAJOR Aroldo Veloso, participante da aventura de Jacaré-Acanga, recebeu a punição de 30 dias de prisão, sem direito às regalias de praxe, devido à entrevista que concedeu à imprensa golpista, na qual fez declarações ofensivas às autoridades militares.

PRESIDENTE da República sancionou a lei do Congresso Nacional que impede a concessão, pela Justiça, de medidas liminares para a liberação de automóveis, mercadorias, bens ou coisas importadas.

Não Podem Continuar Desconhecidos os Direitos Dos Assalariados Agrícolas

NOSSA IMPRENSA TEM O DEVER DE CONTRIBUIR PARA A JUSTA COMPREENSÃO DA REALIDADE NO CAMPO

NÃO há muito tempo, em seu número 358, a VOZ OPERÁRIA teve oportunidade de criticar os propagandistas e nossa imprensa dos Estados pela maneira como vinham encarando os direitos dos assalariados agrícolas, assegurados na legislação do país.

Concretamente, trata-se de que ao invés de lutar pela aplicação desses direitos, fica-se a levantar a bandeira da «extensão da legislação social ao campo». É certo que os trabalhadores rurais ainda não têm assegurados em lei a Previdência Social, a estabilidade, o aviso prévio e a indenização por dispensa injusta, questões essenciais da legislação trabalhista. Entretanto, a lei lhes assegura outros tantos direitos não menos importantes, aos quais dedicamos uma página especial, em nossa última edição. Não obstante, fazendeiros e usineiros resistem sistematicamente a reconhecer essas conquistas. Isto indica, portanto, que o essencial é lutar pela aplicação dos direitos já conquistados.

DUAS FORMAS DE GENERALIDADE

Não se trata, como se vê, de uma questão difícil de ser entendida. Não obstante, muitos propagandistas e jornais da imprensa popular preferem continuar no terreno da generalidade, que se manifesta principalmente sob duas formas. A primeira delas consiste em continuar falando, de modo inteiramente vago, na extensão da legislação trabalhista ao campo. A «Folha Popular» de Aracaju, edição de 31/3, em matéria dedicada aos assalariados agrícolas da Usina São Francisco, ao insistir neste capítulo, chega ao ponto de afirmar que estes trabalhadores não têm direito ao salário-mínimo, recebendo a importância que o patrão acha que deve pagar. Conclui exigindo a extensão da lei do salário-mínimo ao campo. Não se poderia exigir maior demonstração de alheamento aos interesses e reivindicações das massas trabalhadoras do campo.

A generalidade, o mau hábito das generalidades influi de maneira negativa nas manifestações de massas das quais participamos ao lado de outras forças. Tal é o exemplo da resolução aprovada pela Conferência Paulista das Mulheres Trabalhadoras, que também reclama

a extensão dos direitos da Consolidação das Leis do Trabalho aos trabalhadores do campo. Pouco ajudados pela nossa propaganda, os comunistas que participaram desse congresso não souberam atuar junto às demais forças no sentido de mostrar-lhes a unilateralidade dessa resolução, quando desconhecem que os assalariados agrícolas desenvolvem em nossos dias uma luta intensa pela aplicação dos direitos que as leis lhes asseguram, independente de sexo: salário-mínimo, férias, repouso remunerado, etc.

Outro aspecto dessa generalidade em relação aos direitos que a legislação trabalhista assegura aos assalariados agrícolas consiste no fato de que a nossa propaganda ainda não se concentra no principal: a conquista do salário-mínimo. Os jornais e os propagandistas ainda não contribuem como é necessário, para que os assalariados agrícolas participem ativamente da campanha pelo salário-mínimo desenvolvida pelos sindicatos operários. Assim, por exemplo, as três últimas páginas de campo «Notícias de Hoje» (São Paulo), respectivamente dos dias 20 e 27 de abril e 4 de maio, não tomam conhecimento do assunto. É certo

que nesse período, o mencionado jornal tem vivido satisfatoriamente os problemas dos colonizadores, cuja experiência de luta tem uma importância extraordinária no sentido da organização, em todo o país, dos camponeses pobres e médios. Mas, isto não quer dizer que os assalariados agrícolas tenham deixado de ser o fundamental.

Dentre os direitos que a legislação trabalhista assegura aos assalariados agrícolas, o salário-mínimo é o fundamental, em primeiro lugar, porque significa um aumento substancial em seus parcos salários. A aplicação dessa lei representa um aumento de 200% no pagamento pelo trato de mil pés de café recebido pelos colonos de café nas diversas regiões produtoras. Constitui 100% de aumento para os assalariados da lavoura canavieira de Pernambuco. O mesmo ocorre em relação aos outros setores da produção. Em segundo lugar, a conquista do salário-mínimo será importante passo no sentido do reconhecimento, pelos empregadores, dos demais direitos.

Na maioria dos casos implicará na entrega, a cada trabalhador, de uma carteira profissional do Ministério do Trabalho (na região do Norte Fluminense só não recebem salário-mínimo, nas usinas de açúcar, aqueles assalariados agrícolas que não têm carteira). Quer dizer, abre o caminho para a normalização do pagamento das férias, do repouso remunerado, das horas extras, etc. Finalmente, esta é a reivindicação que contribui para libertar o proletariado rural brasileiro de muitos elementos das relações semi-feudais que ainda os ligam ao dono da terra. Basta ver a rápida evolução da consciência dos antigos colonos de café, que passam a trabalhar como camaradas volantes, em várias regiões de S. Paulo.

A recente greve de Catanduva nos mostra que os camaradas volantes, com muito mais facilidade se organizam e assimilam as formas de luta do proletariado ve-

Explicando o programa do P.C.B.

OS TRUSTES IANQUES E VOLTA REDONDA

DE PORTO ALEGRE escreve-nos um leitor, comentando a matéria publicada nesta seção, na edição de 21 de abril (nº 362), no que concerne à dominação dos imperialistas norte-americanos em ramos fundamentais da economia nacional. O leitor transcreve parte da matéria referente à nossa indústria siderúrgica — e a Volta Redonda em particular — considerando necessário esclarecer a seguinte afirmação feita por nós: «é certo que os norte-americanos não permitiriam nem pretendem permitir que nossa indústria pesada se desenvolva.»

A construção de Volta Redonda, vitória do povo brasileiro, foi realizada enfrentando a oposição dos imperialistas norte-americanos e de seus agentes, que tudo fizeram para impedir esse importante passo no sentido da construção, em nosso país, a indústria pesada. Na recente Conferência Nacional dos Metalúrgicos, o diretor-secretário da Companhia Siderúrgica Nacional, sr. Paulo Monteiro Mendes, afirmou, comprovando esse fato: «Volta Redonda foi construída apesar da pressão das forças estranhas, dos trustes e dos maus brasileiros que quiseram e ainda querem impedir o desenvolvimento de outra grande empresa patriótica, a Petrobrás.»

Por que agiram e agem assim os imperialistas ianques?

Volta Redonda abastece, hoje, de aço, gusa e laminados, grande parte do mercado nacional que, assim, deixou de comprar aos trustes, restringindo consideravelmente o mercado com que estes contavam e do qual antes eram senhores absolutos, em nosso país. Além disso, a usina nacional possibilitou o surgimento da indústria metalúrgica em vários Estados, indústria que, embora ainda incipiente, e enfrentando enormes dificuldades, continua se desenvolvendo. A indústria nacional de folhas de flandres, de transformação do gusa e do aço, de fabricação de tôrões, ferramentas de corte rápido, fresas, lâminas para tratores, «bits» para sondas petrolíferas, etc. — tudo isso surgiu como consequência de Volta Redonda, consumindo a matéria-prima (gusa, aço, laminados) fornecida por esta. Citemos, por fim, a ACESITA, empresa estatal de aços especiais e que forma, com a C.S.N. e a Vale do Rio Doce, o conjunto siderúrgico estatal. Vê-se, pois, que Volta Redonda possibilitou e continua possibilitando o crescimento, em escala apreciável — se bem que ainda não satisfatório, ainda incapaz de satisfazer às necessidades da industrialização do país, o que envolve outros fatores, notadamente as múltiplas formas da pressão imperialista — de uma indústria metalúrgica em nosso país. Em 1954 o Brasil produziu 1.088.948 toneladas de gusa, 1.148.322 toneladas de aço e 970.842 toneladas de laminados. A maior parte dessa produção corresponde à C.S.N. É evidente que isso contraria profundamente os interesses dos trustes imperialistas.

Atualmente o imperialismo yanque realiza uma campanha, através de seus agentes nacionais (Chateaubriand & frente), pela venda de Volta Redonda, da ACESITA e da Vale do Rio Doce a particulares. Eles seriam os compradores. Recente visita do sr. Nelson Rockefeller ao Brasil visou, entre outros, esse objetivo. Se conseguissem, como pretendem, levá-lo a cabo, poderiam, com isso, dominar a liquidação nascente indústria siderúrgica nacional. Para o último empréstimo de 35 milhões de dólares à U.S.N. os imperialistas tentaram impor condições que facilitassem seu plano sinistro, não o conseguindo graças à vigilância dos patriotas brasileiros.

dos povos coloniais contra o imperialismo; 6) — por medidas efetivas pela libertação de Goa; 7) — pela melhoria das relações com o Paquistão; 8) — pelo afastamento da Índia da Comunidade Britânica. A Resolução Política afirma que, na luta pela manutenção da Paz, a República da Índia tem desempenhado crescente papel, o que lhe dá um imenso prestígio internacional. O aparecimento da Índia como República soberana e independente, que defende a causa da paz e da liberdade, é um fator de profunda significação em nossos dias. O Partido Comunista — diz a Resolução — que tem lutado consequentemente pela paz e pelas relações amistosas com os Estados pacíficos e apoia essa política e continuará lutando para alcançar a unidade do povo, com vistas a levá-la para a frente. A Resolução conclama à luta pela união de todas as forças políticas, partidos e organizações, inclusive o Partido do Congresso,

para apoiar a política de paz do governo e defender a independência e a soberania da Índia. Acrescenta que esta é uma tarefa especialmente complexa, pois de um lado exige o apoio ao governo, em relação à política exterior de paz, e de outro lado exige a luta por medidas do governo no sentido de liquidar as posições do feudalismo e do imperialismo na economia nacional. A Resolução assinala que o Partido Comunista continuará mantendo sua posição de força política independente. Guiando-se pelos interesses do povo — conclui o documento — o P.C. da Índia apoiará o governo na sua política de defesa da paz e em todas as medidas que tome no sentido de eliminar a dependência da economia indiana em relação ao imperialismo. Mas, ao mesmo tempo, lutará contra as concessões do governo ao capital colonizador e mobilizará as massas para essa luta.»

VIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

IV Congresso do Partido Comunista da Índia

NA ÚLTIMA semana de abril realizou-se, em Patkate (região de Malabar, Estado de Madras, sul da Índia) o IV Congresso do P. C. da Índia. Na sessão inaugural do Congresso foi lida a seguinte mensagem do P.C.U.S.: «Ao IV Congresso do Partido Comunista da Índia. O Comitê Central do P.C.U.S. envia sua calorosa saudação ao Congresso do P. C. da

Índia e deseja êxitos na luta do Partido Comunista da Índia pelo fortalecimento da independência de seu país, pela elevação do bem-estar de seu povo, pela paz e a amizade entre todos os povos. O Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. » Foram lidas, também, mensagens dos Partidos Comunistas da China, Indonésia, Itália, França, Bulgária, Japão e outros.

A Resolução do Congresso

A Resolução Política do Congresso apresenta um programa de luta relativo à defesa da paz e da independência internacionais: 1) — contra o imperialismo e a produção das armas de destruição em massa; 2) — contra os partidos imperialistas, especialmente contra a SEATO e a Organização do Sudeste Asiático; 3) — pela

solidariedade entre os povos da Ásia e por um pacto de segurança coletiva na Ásia e na região do Pacífico; 4) — pelo reconhecimento dos legítimos direitos da República Popular Chinesa na ONU, pelo estreitamento das relações com a U.R.S.S. e a República Popular Chinesa; 5) — apoio ativo à luta

III CONGRESSO DO PARTIDO DO TRABALHO DA COREIA

A 30 DE ABRIL encerrou seus trabalhos o III Congresso do Partido do Trabalho da Coreia, tendo pronunciado o discurso de encerramento o camarada Kim Ir Sem. Em sua última sessão o Con-

gresso elegeu os órgãos centrais do Partido. Do Congresso participaram delegações fraternais de numerosos partidos comunistas e operários irmãos. A delegação do P.C.U.S. foi

presidida pelo camarada D. I. Brejnev, secretário do C.C. e constituída por M. M. Staburski e V. I. Ivanov, embaixador plenipotenciário da U.R.S.S. na Coreia.

Roteiro Para a Ação as Resoluções Da Conferência dos Metalúrgicos

ELEITA A COMISSÃO PERMANENTE DA CONFERÊNCIA — A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E JOVENS METALÚRGICOS

A Conferência Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, que reuniu recentemente em Volta Redonda 82 representantes dos 250.000 metalúrgicos brasileiros, foi uma vigorosa contribuição à luta pela unidade da classe operária de nosso país, luta esta que atingiu um novo nível nas recentes comemorações unitárias do 1º de Maio — dia internacional do proletariado. Durante quatro dias foram exaustivamente debatidas as reivindicações e aspirações da corporação metalúrgica, surgindo das discussões um programa de ação, um roteiro para as lutas futuras: as resoluções da Conferência. Da tribuna da grande reunião, vários delegados abordaram a importância das resoluções e demonstraram que a Conferência devia prolongar-se na luta para levá-las à prática.

PARTICIPAÇÃO FEMININA

Em Volta Redonda estiveram presentes as trabalhadoras metalúrgicas, também, através de delegadas do Rio e São Paulo. Ao lado dos metalúrgicos, no plenário e principalmente nas comissões de teses, tiveram estas atuação destacada, levantando suas reivindicações específicas, defendendo-as nos debates e inscrevendo-as nas resoluções. Entre as resoluções aprovadas nesse sentido, destacam-se:

Arregimentar as trabalhadoras, no setor cívico e sindical, através da criação de departamentos de recreação e cultura nos sindicatos, com seções femininas;

Exigir fiscalização rigorosa, por parte do Ministério do Trabalho e dos sindicatos (que para isso devem ter plenos poderes), para o cumprimento das leis de proteção ao trabalho das mulheres;

Garantir à mulher trabalhadora, no período da gravidez, o direito ao trabalho, punindo o empregador que a dispensar por este motivo; assegurar à mulher trabalhadora grávida trabalho adequado ao seu estado;

Conceder à mulher trabalhadora o direito de ausência do serviço durante 4 dias por mês, sem prejuízo de salários, como é observado para as funcionárias públicas;

Excluir a mulher trabalhadora das exigências da lei nº 605. Estender às empregadas domésticas e trabalhadoras rurais as regalias previstas no capítulo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em relação à Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras, a realizar-se no próximo dia 13, o conclave metalúrgico manifestou seu inteiro apoio, elegendo as delegadas presentes para participar daquela reunião da trabalhadora brasileira, cuja Comissão Executiva esteve representada em Volta Redonda pela jornalista Neusa Campos.

INTERESSE DOS JOVENS PELA CONFERÊNCIA

Embora os jovens trabalhadores metalúrgicos não tenham participado organizadamente da Conferência, seus direitos específicos também foram objeto de debate nas comissões e no plenário, sendo aprovadas resoluções que, se levadas à prática, contribuirão para incorporar milhares de jovens à luta dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico. Essas resoluções dizem respeito, particularmente, à criação de seções juvenis nos sindicatos, criação de novas escolas técnicas, emprego de 50% do horário de trabalho dos jovens em cursos de alfabetização ou profissional, cumprimento efetivo das leis de proteção ao trabalho do menor, etc.

Um fato que despertou a atenção dos delegados foi o enorme interesse demonstrado pelos jovens da Escola Técnica da C.S.N., pelos trabalhos da Conferência. Durante horas a fio, cerca de 100 jovens acompanhavam atentamente os debates do plenário, compreendendo que ali se travava uma luta para garantir não só seus direitos futuros, mas também as reivindicações próprias dos jovens metalúrgicos brasileiros.

Unidade em Defesa de Volta Redonda

Um dos pontos altos da Conferência de Volta Redonda foi a unidade estabelecida entre os líderes metalúrgicos, os trabalhadores e o povo daquela cidade e a diretoria da Companhia Siderúrgica Nacional em defesa da grande usina e de repúdio à campanha — encabeçada pelo entreguista Assis Chateaubriand — para vendê-la aos trustes norte-americanos. Neste sentido, foram aprovadas pelo plenário do conclave, de pé e sob calorosos aplausos, duas mensagens: a primeira, para que a Conferência se manifestasse junto ao sr. Juscelino Kubitschek contra as tentativas de substituir a direção da CSN, em vista da

realização, naquele dia, de uma assembléia dos acionistas com o presidente da República; e segunda, de repulsa ao senador de Coberville. Mais tarde, falando da tribuna da Conferência, o diretor-secretário da CSN, sr. Paulo Mendes, comunicou, sob entusiásticos aplausos dos presentes, que não só a diretoria fora mantida, como a assembléia autorizava a participação da CSN na construção da Companhia Siderúrgica Paulista (em Piassaguera) e da Companhia Siderúrgica de Minas (USI-

MINAS), com Cr\$ 120.000.000,00 para cada uma, além de contribuir com técnicos e material necessário. Ainda em relação à defesa de Volta Redonda, foi tomada uma resolução de grande importância, visando dar continuidade e profundidade a esse movimento patriótico. Trata-se da resolução que credencia a Comissão Permanente da Conferência a entrar em contato com entidades patrióticas, civis, sindicais e patronais para criar a Liga de Defesa de Volta Redonda.

• • •



Durante um intervalo das reuniões, palestram Benedito Cerqueira e Euripedes Ayres de Castro (foto acima). Na foto abaixo, aspecto da reunião de uma das comissões



PRESENTE EM VOLTA REDONDA A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

O grande conclave operário de Volta Redonda, além do apoio de governos estaduais, assembleias e câmaras municipais, federações e sindicatos, entidades patrióticas e personalidades, recebeu também a calorosa solidariedade do proletariado internacional. Entre as inúmeras mensagens enviadas por organizações internacionais e nacionais de trabalhadores metalúrgicos, destacam-se as que se seguem, das quais reproduzimos trechos:

«Os problemas colocados na Ordem-do-Dia de vossa Conferência, refletem vosso desejo de defender com energia os interesses vitais dos metalúrgicos brasileiros, que, como os de toda a classe operária, se confundem com os interesses nacionais.»

«Estamos convictos que obterei a adesão unânime dos trabalhadores de vossas indústrias, apoiados pela imensa maioria da população. Nós vos asseguramos, de

nossa parte, nossa solidariedade sem reservas no legítimo combate que vossa unidade e vossa pujança tornarão vitoriosos.»

«Desejamos pleno sucesso a vossos trabalhos, que farão avançar a unificação e a força do movimento sindical brasileiro.»

(Da mensagem da União Internacional dos Sindicatos das Indústrias Metalúrgicas da F.S.M.)

«A referida Conferência abrirá grandes perspectivas à causa da unidade dos trabalhadores da indústria metalúrgica, em defesa dos direitos sindicais e liberdades democráticas, em defesa da paz em todo o mundo.»

«Os metalúrgicos soviéticos felicitam fervorosamente aos metalúrgicos brasileiros, no 1º de Maio, desejando-lhes grandes êxitos na luta pela unidade, pelo melhoramento de suas condições de vida e de trabalho e pela consolidação da paz em todo o mundo.»

(Da mensagem do Comitê Central dos Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica da União Soviética.)

«Desejamos aos trabalhadores brasileiros, estreitamente unidos, grandes êxitos na luta por melhores condições de vida, pela defesa dos direitos sindicais, pela independência nacional e a paz.»

Desejamos à Conferência grande sucesso e que se reforce a amizade entre os trabalhadores do Brasil e da China.»

(Da mensagem do Comitê Nacional do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica da República Popular da China.)

«Pedimos transmitir aos delegados as saudações combativas dos metalúrgicos holandeses.»

Seguimos com grande interesse a luta dos metalúrgicos de Volta Redonda em defesa da liberdade sindical, dos direitos democráticos, do direito de eleger seus dirigentes. A unidade dos trabalhadores de Volta Redonda foi um exemplo para os metalúrgicos holandeses.

Estamos convencidos de que a Conferência contribuirá para reforçar a unidade de todos os trabalhadores do Brasil. (Da mensagem do Comitê Central do Sindicato Metalúrgico da Holanda.)



Aldo Lombardi (foto acima), secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi o presidente da delegação paulista, a mais numerosa das que compareceram a Volta Redonda. No auditório da Escola Técnica Pandi Calógeras realizaram-se as sessões plenárias (foto ao lado), que debateram e aprovaram cerca de cem teses, propostas e moções que constabam as mais sentidas reivindicações dos 250.000 metalúrgicos brasileiros



Nem Uma Grama de Tório Para os Norte-Americanos!

EXIGÊNCIA UNÂNIME DA OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL — MANDOU O GOVERNO SUSTAR AS EXPORTAÇÕES DE TÓRIO PARA OS ESTADOS UNIDOS

A REALIZAÇÃO do simpósio sobre energia nuclear e os depósitos prestados na Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre a exportação dos minérios radioativos, colocaram na ordem-do-dia, ainda com mais força, a defesa das riquezas de nosso país.

Como se sabe, existe generalizado um anseio nacional no sentido de modificar a política até agora seguida em relação aos nossos minérios atômicos. De longe vem o saque imperialista norte-americano aos nossos minérios, sem que uma providência governamental saneadora fosse adotada nesse terreno. As areias monazíticas saíram do Brasil como lastro de na-

vios que se destinavam a portos norte-americanos. A situação chegou a tal ponto que o município de Guarapari, no Espírito Santo, chegou a ser uma espécie de zona em que os dominadores lanques gozavam do direito de extra-territorialidade, cercando e policiando certos locais e até mesmo destituindo autoridades.

Entretanto, o clamor dos patriotas, que nunca deixou de se fazer sentir, dá agora seus resultados práticos. Demonstra mais uma vez a importância de que se reveste, a mobilização democrática em defesa dos pontos de vista que interessam ao presente e ao futuro de nossa gente.

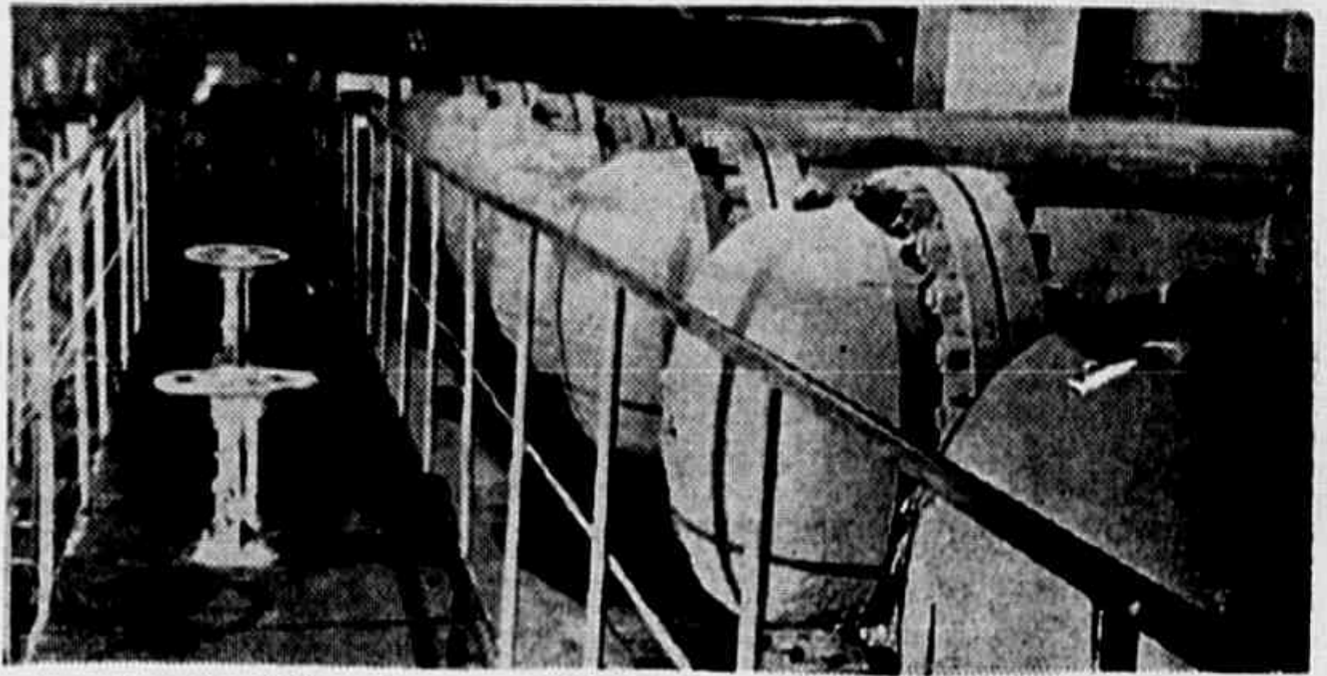
NÃO EXPORTAR NOSSO FUTURO

Com o acordo atômico, assinado entre o governo de Washington e os entreguistas de 24 de agosto, agravou-se a situação. Os trustes lanques impuseram a nosso país um acordo altamente lesivo aos interesses nacionais, ao trocar excedentes de trigo com que fazem o «dumping» no mercado capitalista por óxido de tório, minério nuclear do mais alto valor.

Sabese, no entanto, que são escassas as ocorrências de tório no mundo. E dentre os países que possuem tais reservas era o Brasil o único até aqui que vinha permitindo sua exportação. A Índia, por exemplo, um país que só recentemente conquistou sua independência política, não permite a exportação de tório. Em declaração recente, o Primeiro Ministro Nehru tornou um lema da política Indiana a célebre frase do cientista atômico Bhabha: «A Índia não exporta o seu futuro». De fato, numa época em que a energia atômica abre perspectivas radiosas para o desenvolvimento dos países, desde que estes a apliquem em obras civis, não se pode compreender a exportação dos minérios atômicos de nosso país.

A AÇÃO DOS ENTREGUISTAS

A campanha patriótica contra a exportação dos nossos minérios atômicos desenvolveu-se, por último, visando a obter a remessa para os Estados Unidos de 320 toneladas de óxido de tório, recentemente autorizada pelo governo.



Aos olhos da opinião pública tornou-se mais clara a ação saqueadora dos trustes norte-americanos e a atividade entreguista do grupo que tem à frente o sr. Glycon de Paiva. Esse grupo desempenha, na verdade, o papel de agente de negócios dos trustes norte-americanos numa questão que afeta diretamente a defesa nacional. Deve-se destacar que algumas das transações de minerais atômicos realizadas contavam com a oposição de órgãos técnicos da importância do Estado Maior das Forças Armadas e do Conselho Nacional de Pesquisas. A maioria de entreguistas, entretanto, fazia prevalecer seu ponto de vista impatriótico. Essa maioria contava, mais recentemente com o apoio ativo do general Juarez Távora, durante sua gestão no Gabinete Militar da Presidência da República. Para o entreguista Juarez nenhuma remessa de minério atômico afetava a segurança nacional.

IMPORTANTE VITÓRIA

Nestes dias, quando mais intenso era o clamor popular contra a entrega de nossos minerais atômicos, deu o Ministro da Guerra uma entrevista à revista «O Cruzeiro», manifestando-se sensível à vontade popular. Finalmente, o líder da maioria na Câmara dos Deputados, sr. Vieira de Melo, em discurso pronunciado em fins da semana, externou o ponto de vista do governo contra a exportação de tório para os Estados Unidos. Tal declaração do líder da maioria da Câmara, segundo ele mesmo disse, era produto de uma consulta feita no dia anterior ao Presidente Juscelino Kublitschek.

A opinião pública obteve, desse modo, mais uma vitória na campanha em que se empenha pela preservação de nossas riquezas minerais. Exige, entretanto, que a suspensão das exportações de

COUBE à União Soviética o papel pioneiro na utilização da energia atômica para fins pacíficos. Ali foi construída e posta em funcionamento a primeira central atômica, que é frequentemente visitada por delegados estrangeiros. Na foto, aspecto das dependências da usina. Em declarações recentes, personalidades soviéticas têm-se manifestado sobre a possibilidade de instalar uma usina atômica no Brasil.

tório se concretize num ato oficial, sabido é que acordos secretos existem nesse terreno e toda a sorte de truques são empregados pelos senhores do dólar para burlar a vigilância patriótica.

Prosseguindo em sua campanha, a opinião pública clama por medidas efetivas contra os entreguistas e faz sua esta justa exigência: nem uma grama de tório para os norte-americanos.

A CAUSA DA OPOSIÇÃO

LANQUE

AO

COMÉRCIO

COM A URSS

É um depoimento eloquente. O «Diário de Notícias», do Distrito Federal, publicou o telegrama da «United Press» cujo fac-símile estampamos ao lado. Nêle se dá notícia da apreensão existente nos círculos norte-americanos devido às possibilidades de desenvolvimento do comércio entre os países latino-americanos e a U.R.S.S., que pode resultar da anunciada visita do vice-presidente do Conselho de Ministros, A. I. Mikoyan.

A oposição dos monopólios lanques a esse comércio não constitui, é certo, nenhuma novidade. Apesar disto, o telegrama em questão tem o mérito de revelar suas verdadeiras causas. Ali se pode ler que os «preços dos automóveis e caminhões russos na Argentina são consideravelmente menores que os preços dos automóveis italianos, alemães, ingleses e norte-americanos». Donde se vê que o objetivo dos lanques é evitar que a economia de nossos países se beneficie comprando no mercado socialista a preços mais baratos.

VINDA DE MIKOYAN CAUSA APREENSÃO

Prejuízo Para os E. U.

NOVA YORK 10 P. — Os círculos autorizados desta cidade dizem que a anunciada visita do sr. Mikoyan, ministro do Comércio da Rússia, aos países da América Latina poderá causar muitos prejuízos ao acidente Frigam que, por exemplo, a visita de Mikoyan à América do Sul poderia debilitar as relações dos países dessa região com os Estados Unidos e ao mesmo tempo afetaria as exportações dos Estados Unidos aos países sul-americanos.

Um despacho na semana passada dizia que os preços dos automóveis e caminhões russos na Argentina são consideravelmente menores que os preços dos automóveis italianos, alemães, ingleses e norte-americanos.

Novas Propostas da U.R.S.S. Para o Comércio Com o Brasil

OPORTUNAS DECLARAÇÕES DE I. NESTEROV, PRESIDENTE DA CÂMARA DE COMÉRCIO DA UNIÃO SOVIÉTICA

O jornalista Paulo Mendes Campos, ora em visita à União Soviética, entrevistou o presidente da Câmara de Comércio da URSS, I. Nesterov. Nessa oportunidade, o dirigente soviético fez impor-

tantíssimas propostas para a compra de produtos brasileiros. Tais declarações foram estampadas numa revista desta capital. Nesterov destacou as imensas possibilidades existentes para o desenvolvi-

mento da exportação de café diretamente do nosso país, que a URSS adquire atualmente através da Inglaterra e de outros países. Quanto aos preços, o presidente da Câmara de Comércio da URSS declarou que «nosso princípio é comprar e vender à base dos preços internacionais».

Outro produto brasileiro cuja aquisição interessa à URSS é o cacau. I. Nesterov informou ao jornalista brasileiro que anteriormente os soviéticos compravam cacau da Bahia, adquirindo-o agora na África. Não obstante, afirmou, é perfeitamente viável a volta a aquisição do nosso produto. A URSS interessa-se ainda pela compra de algodão e de açúcar brasileiro. No ano passado — disse o dirigente soviético — a URSS comprou 400 mil toneladas de açúcar cubano.

ACEITA PAGAMENTO EM CRUZEIROS

Onde se evidencia o interesse da União Soviética em realizar um amplo intercâmbio comercial com o nosso país é na afirmativa de I. Nesterov de que os soviéticos estão dispostos a aceitar pagamento em cruzeiros pelas suas exportações. Isto

lhes permitiria adquirir no Brasil aqueles produtos que é de nosso interesse exportar. «O que temos para vender ao Brasil afirmou — são maquinárias e instalações para refinarias de petróleo». Disse ainda que o trigo soviético está à disposição do Brasil e que, em matéria de carvão a URSS exporta antracita. Adiantou que o País Soviético poderia vender também caminhões, as instalações para a sua fabricação no Brasil, assim como máquinas para a construção de estradas de rodagem.

AJUDA À INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Quanto à ajuda que a URSS poderia prestar ao Brasil no sentido da sua industrialização, I. Nesterov afirmou: «O Brasil quer industrializar-se. Não há dúvida de que a URSS pode ajudá-lo nisso. Construímos, na Índia, mais de 200 empresas diferentes: metalúrgicas e outras». Adiantou que a União Soviética já tem instalado centrais atômicas em alguns países (a Índia e a China, por exemplo), bem como fábricas de caminhões. Temos facilitado a venda de máquinas para a construção de estradas de rodagem a diversos países».

CONSIDERANDO que esta seção sempre desempenhou um papel importante na superação dos defeitos verificados na difusão da VOZ OPERÁRIA, voltamos a publicá-la a partir do presente número.

Ao fazê-lo, queremos apelar para todos os nossos leitores no sentido de que participem dessa luta e cerquem de todo o apoio aquelas agências que não vêm correspondendo à sua responsabilidade.

Todo o nosso trabalho deve estar voltado para os seguintes objetivos: 1º) Fazer com que aquelas agências que vêm durante muito tempo funcionando mal sejam recuperadas rapidamente (S. José dos Campos, Taubaté e Cruzeiro, no vale do Paraíba; Uberlândia, no Triângulo Mineiro; Goiânia e Anápolis, em Goiás; Itabuna, na Bahia; Petrópolis e Volta Redonda, no Estado do Rio, e Curitiba, no Paraná). As localidades mencionadas, que não pagam as cotas e cujas dívidas crescem, de certo modo reduzem os efeitos do trabalho de recuperação que vem sendo feito por outras agências.

2º) Conseguir que as agências que tradicionalmente cumpriam com suas obrigações e que vêm caindo nos últimos tempos, voltem a atuar com regularidade. Tal é o caso da agência de Campos.

3º) Fazer com que melhorem como é possível e necessário aquelas sucursais que tradicionalmente foram esteios da difusão da VOZ no plano nacional: S. Paulo e Distrito Federal. Por enquanto, a dívida dessas sucursais continua

A BATALHA DA DIFUSÃO

nossas agências-modélo, aquelas que pagam em dia e até adiantado, como Cabo Frio, Campina Grande (Paraíba) e Manaus.

Com vistas a não prejudicar o trabalho daquelas agências que vêm avançando no trabalho, lamentavelmente fomos forçados a suprimir, na presente edição, as cotas de S. José dos Campos, Taubaté, Cruzeiro, Itajubá, Montes Claros, Uberlândia, Anápolis, Goiânia, Itabuna, Campos e Petrópolis. Esperamos que, para o futuro, com a ajuda desses agentes e dos leitores destas cidades, não tenhamos necessidade de recorrer a medidas dessa ordem.



Na presente edição publicamos uma página sobre o papel que a VOZ OPERÁRIA deve desempenhar no desenvolvimento com êxito de todas as tarefas, cuja leitura e discussão recomendamos a todos os agentes. Solicitamos também que nos enviem correspondência e sugestões para esta seção.

crescendo e ainda somos forçados a reduzir as cotas. Mas há todos os fundamentos para acreditar que a situação seja regularizada.

O nosso objetivo geral é conseguir que multiplique o número de nossas agências-modélo, aquelas que pagam em dia e até adiantado, como Cabo Frio, Campina Grande (Paraíba) e Manaus.

VOZ OPERÁRIA é um instrumento essencial à realização de todas as nossas tarefas. É necessário compreender que distribuir, ler, discutir e pagar a VOZ não é — como em alguns lugares ainda se considera — “uma tarefa a mais”, e sim uma tarefa ligada a todas as outras, da qual, em boa medida, depende o êxito de todo o nosso trabalho. A VOZ transmite, semanalmente, a orientação política da vanguarda do proletariado, armando os operários e os militantes comunistas, em todo o país, para a ação prática; unifica, nacionalmente, a direção de nossas campanhas; difunde as experiências das lutas, do movimento de massas; dá argumentos aos propagandistas, facilitando-lhes a assimilação de nossa tática e ajudando-lhes a levar às massas nossas palavras de ordem; explica, em ligação com a realidade e com sua aplicação prática, a linha política e a tática da vanguarda do proletariado. Por isso mesmo, VOZ OPERÁRIA é indispensável à direção das lutas do nosso povo. Sem a leitura e o estudo do órgão central, não podem os militantes e os dirigentes, nas várias regiões, zonas, distritos, empresas, etc., no país inteiro, cumprir, com pleno êxito, suas tarefas. É indispensável, pois, vencer a subestimação ainda existente pelo órgão central.



2 — NAS LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA

NAS PÁGINAS do nosso jornal encontram-se, no essencial, as realizações e os êxitos do movimento operário e sindical em nosso país — e, o que é particularmente importante, suas experiências. Eis um aspecto importante dessa questão: em muitos Estados vão realizar-se, ainda, as conferências e assembleias preparatórias da Conferência Nacional de Defesa das Leis Sociais. Para assegurar-lhes a realização vitoriosa, tem particular importância conhecer a experiência dos atos realizados em outros Estados, ricos de ensinamentos para nosso trabalho sindical. Estas experiências encontram-se nas páginas da VOZ. Outra questão: nosso jornal tem refletido as iniciativas e as vitórias, bem como as experiências da luta pela unidade da classe operária. A VOZ OPERÁRIA, é, pois, um instrumento essencial para o êxito da tarefa de unir e organizar a classe operária, de despertar e levar à luta as grandes massas trabalhadoras em nosso país.

1 — Na Luta Pela Anistia

TOMEMOS o exemplo de nossa tarefa central no momento — a luta pela anistia ampla a todos os presos e perseguidos políticos, a partir de 1945. É impossível aos militantes dirigir de maneira justa a campanha sem ler semanalmente VOZ OPERÁRIA. Nosso jornal divulga, em suas matérias, a justa orientação tática da campanha, seus êxitos e experiências, os argumentos para levar às massas a palavra de ordem de luta pela anistia. Isso é de maior importância. E o fato de que, em alguns lugares, não esteja sendo lida a VOZ, explica que, nestes lugares, ainda se esteja levantando a exigência de anistia irrestrita — exigência que não contribui para unir, que poderia afastar da luta alguns setores de opinião. Muitas manifestações de estreiteza, de sectarismo, que ainda se verificam na campanha pela anistia, poderiam ter sido corrigidas há mais tempo, mediante a leitura e a discussão das matérias da VOZ OPERÁRIA.



3 — No Trabalho Ideológico

VOZ OPERÁRIA tem sido um fator de ajuda ao fortalecimento, ideológico da vanguarda da classe operária brasileira. Através da leitura do nosso jornal, podem os militantes guiar-se no estudo dos problemas políticos (nacionais e internacionais) da atualidade, dos materiais e documentos do Partido, da doutrina do marxismo-leninismo.

para estimular o estudo do mesmo, em estreita ligação com a prática, com a realidade em cada Estado, região ou local.

VOZ OPERÁRIA publicou o informe do Comitê Central do PCUS ao XX Congresso do Partido, apresentado pelo camarada N. S. Krushchiov, bem como documentos de excepcional importância para o debate dos materiais do Congresso, como o discurso do camarada Mikoiian, os edito-

Nosso jornal tem publicado os informes, manifestos e documentos do Comitê Central do PCB, nos quais o Partido traça a tática e as tarefas atuais para continuar impulsionando a luta do nosso povo pela democracia, a paz e a independência nacional. Publicamos, ainda, roteiros para o estudo desses materiais e documentos, o que contribui para a discussão e assimilação dos mesmos por todos os democratas e homens de vanguarda. O «Guia do Propagandista» é um fator de estímulo e desenvolvimento do trabalho ideológico, que precisa e deve ser devidamente valorizado e aproveitado.

Em suas matérias, especialmente naquelas referentes às diversas frentes do trabalho entre as massas. VOZ OPERÁRIA explica, de modo concreto, nossa tática, divulgando os êxitos e as experiências de sua aplicação prática, o que facilita sua assimilação pelos militantes.

A seção «Explicando o Programa do P. C. B.», que publicamos com regularidade, tem sido um fator de importância para o debate de nosso documento básico e



riais de «Pravda» e «Jemijipao» sobre o culto à personalidade e o noticiário da repercussão do Congresso nos Partidos Comunistas e Operários de diversos países. Iniciamos, ainda, (n.º 363) a publicação de um roteiro para o estudo do informe do camarada Krushchiov (parte internacional). Com a publicação desses documentos, a VOZ dá uma contribuição de grande significação para o estudo dos materiais do XX Congresso do PCUS que, aplicando e desenvolvendo, de maneira criadora, a doutrina de Marx e Lênin, analisa e dá resposta às questões essenciais do desenvolvimento internacional contemporâneo.

4 — Na Luta Pela Organização Dos Assalariados Agrícolas e camponeses

PARA o desenvolvimento das lutas, da organização e da unidade das massas camponesas muito poderá contribuir, se bem aproveitada, o material que a VOZ publica em sua página de campo. Além de indicações concretas sobre o modo de estudar as publicações estatísticas, com vistas a um melhor conhecimento da realidade em cada região ou local, a VOZ edita materiais sobre os assalariados agrícolas, os pontos de sua concentração, os defeitos verificados no trabalho de organização e os caminhos para superá-los. Do mesmo modo o nosso jornal populariza e explica os diversos aspectos da experiência de luta e organização dos camponeses pobres e médios, da lavoura do algodão — que pode ser aplicada em todo o país — bem como procura contribuir para a superação das diversas incompreensões que até agora vêm entrando a campanha pela reforma agrária. Portanto, para que a vanguarda do proletariado exerça uma direção sempre mais qualificada e concreta do movimento de massas no campo, é indispensável o estudo e a popularização, entre os ativistas, da múltipla e variada experiência do trabalho de campo, refletida nas páginas de VOZ OPERÁRIA.

5 — COMO LER VOZ OPERÁRIA

PARA O BOM aproveitamento da VOZ, é necessário que se indique aos militantes, em cada número, a matéria a ser estudada e discutida coletivamente, com relação a cada frente de trabalho. Para isso deve-se ter em vista as seguintes características de nossas páginas: a 2ª página é dedicada aos assuntos internacionais; a 3ª, aos problemas políticos principais da semana; a 4ª e, muitas vezes, também a 5ª página, às questões do trabalho ideológico; na página central geralmente publicamos reportagens ligadas ao trabalho de massas, aos problemas nacionais, às questões políticas ou às condições de vida do povo; a 8ª, 9ª e 10ª páginas são dedicadas, respectivamente, à correspondência dos leitores e aos movimentos operário e camponês; na 11ª e 12ª páginas são geralmente publicadas as experiências das lutas de massas, argumentos para esclarecer os vários aspectos de nossas tarefas, etc. Cada edição da VOZ procura responder às necessidades do trabalho político e de massas, nas suas diversas frentes e em seus aspectos essenciais. O editorial da VOZ (1ª página) deve ser, sempre, objeto de estudo e discussão.

6 — ASSEGURAR A DISTRIBUIÇÃO DO JORNAL A TODOS OS MILITANTES

PARA QUE nosso jornal cumpra sua missão, é indispensável assegurar não somente que ele chegue às mãos dos operários, dos patriotas e democratas, mas que seja regularmente lido por todos os militantes. A distribuição da VOZ OPERÁRIA é uma tarefa política importante e não pode ser desligada do conjunto das tarefas de nossos militantes e organizações. É necessário, portanto, vencer a subestimação pelo órgão central, que ainda se verifica em muitas regiões.

Em relação com isso, surge uma questão essencial: organizar a distribuição por intermédio das organizações de base. É justo realizar comandos do nosso jornal, o que contribui para ligá-lo aos operários e ao povo e constitui um bom meio de propaganda do jornal, especialmente nas empresas. Isso, porém, não significa que se deva — como ocorre em alguns lugares — substituir a distribuição nas organizações de base pelos comandos, fazendo destes o meio principal de distribuição da VOZ. Está claro que nossas organizações só devem vender o jornal em comandos depois que assegurarem a distribuição do mesmo a todos os seus militantes. Isso, porém, não é tudo. É necessário, também, assegurar a leitura e o aproveitamento de cada edição.

Por fim, outra questão decisiva: é indispensável que os militantes e organizações assegurem o pagamento regular de suas cotas, tomando em suas mãos, sob todos os aspectos, a tarefa do órgão central, compreendendo que este é um instrumento essencial para realização vitoriosa de todas as tarefas.



Mantem-se Firme a Greve dos Ferroviários Gaúchos

AO ENCERRARMOSE os trabalhos desta edição, prosseguia a greve dos ferroviários gaúchos, em face à recusa do governo do Estado de suspender o inquérito policial contra os grevistas — primeira condição que os operários impõem para a cessação do movimento. A greve dos ferroviários paralisou as ferrovias do Rio Grande do Sul, estendendo-se aos núcleos de todo o interior do Estado.

A Comissão Central da Greve, sediada em Santa Maria, enviou a Porto Alegre uma delegação a fim de parlamentar com o governo. A Comissão exige, para pôr termo ao

movimento grevista, entre outras condições, o pagamento dos dias de greve, garantia de que os grevistas não serão alvo de punições e a suspensão do inquérito contra os mesmos, além do compromisso do governador de empenhar-se pela concessão, em prazo breve, do aumento exigido pelos trabalhadores nos seus salários.

A unidade e a combatividade dos ferroviários vem garantindo a firmeza do movimento. Os grevistas têm resistido valentemente às ameaças e violências policiais. As mulheres dos ferroviários desempenham um notável papel tendo ocupado, em vários lugares, o leito da ferrovia, para impedir a passagem de carros conduzidos por policiais que visavam furar a greve.

A greve dos ferroviários vem despertando ativa solidariedade de todo o proletariado e da população gaúcha. Os sindicatos de Porto Alegre lançaram um manifesto de apoio aos grevistas. Os sindicatos de Santa Maria decidiram decretar a greve geral na cidade, se o governo não ceder às reivindicações dos operários. Dos demais municípios do Estado chegam, a todo o momento, à Comissão Central de Greve, localizada em Santa Maria, mensagens de solidariedade de todas as categorias profissionais. Entidades operárias de outros Estados vêm-se manifestando no mesmo sentido.

Os ferroviários elegeram, em cada núcleo da ferrovia, uma Comissão de Greve, que dirige o movimento no local, em estreita ligação com a Comissão Central. Ao longo da ferrovia a população vem prestando toda a ajuda aos grevistas.

GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES UNITÁRIAS EM TODO O PAÍS



A LUTA PELA UNIDADE e pelas reivindicações imediatas das massas trabalhadoras caracterizou as comemorações do 1.º de Maio, em todo o país. No Brasil inteiro a data internacional da classe operária foi comemorada com grandiosas manifestações unitárias, nas quais formaram, ombro a ombro, as entidades sindicais de todos os escalões, desde os sindicatos até às confederações.

Em São Paulo as organizações operárias, calorosamente aplaudidas pelo povo, desfilarão no Vale do Anhangabaú, conduzindo suas bandeiras e faixas com as reivindicações imediatas dos trabalhadores: aumento imediato do salário-mínimo, medidas contra a carestia, melhoria da previdência, anistia ampla, liberdade sindical, etc. Um grandioso comício realizou-se no Parque Ibirapuera, com a presença do governador Jânio Quadros, prefeito Vladimir Toledo Piza, generais Olímpio Falcão e Segadas Vianna e outras autoridades. Os oradores, aclamados por dezenas de milhares de trabalhadores, exigiram do governo a satisfação das reivindicações mais urgentes das massas trabalhadoras, entre as quais destacaram: aumento imediato do salário-mínimo, medidas para deter a carestia e anistia ampla.

Na Bahia realizou-se, na Praça da Sé, uma concentração operária, da qual participaram os sindicatos e demais organizações dos trabalhadores, entre as quais o Circulo Operário da Bahia, entidade de orientação religiosa. Uma representante da Conferência Baiana das Mulheres Trabalhadoras, que se realizava a 1.º de Maio, foi oradora da manifestação.

Em Recife as comemorações tiveram seu ponto alto na concentração operária realizada na Praça Dantas Barreto. Os oradores levantaram as principais reivindicações das

massas trabalhadoras e fizeram um apelo à unidade da classe operária e do movimento sindical, para a luta pelas liberdades e direitos operários.

Em João Pessoa realizou-se, também, uma concentração operária, à qual compareceram todos os sindicatos, além de representantes das autoridades.

Em Fortaleza, milhares de trabalhadores reuniram-se, na Praça José de Alencar, realizando um grande comício, pela unidade e as reivindicações.

Em Porto Alegre o ponto alto das comemorações foi o grandioso ato público realizado na sede do Sindicato dos Comerciantes, que teve um cunho de solidariedade aos ferroviários em greve. (NA FOTO AO LADO: aspecto do desfile dos sindicatos paulistas, no Anhangabaú).

PLATAFORMA DE AÇÃO COMUM DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

CONTINUAM repercutindo, entre os trabalhadores, as jornadas de 1.º de Maio na Capital da República. As comemorações, culminadas com a grande assembleia do Estádio do Vasco (50 mil pessoas presentes), realizadas sob a bandeira da unidade e da luta pelas reivindicações operárias e pelas liberdades, colocam-se, por seu caráter unitário e combativo, entre as maiores manifestações que assinalaram o transcurso do 1.º de Maio.

Coube ao orador dos trabalhadores definir o significado das jornadas do 1.º de Maio de 1956 e apresentar a plataforma de ação comum em torno da qual lutarão, unidos, os sindicatos, federações, confederações e as grandes massas trabalhadoras brasileiras, por suas reivindicações mais urgentes e pelas liberdades. O "Discurso do Trabalhador", lido pelo sr. Diocleciano Holanda Cavalcanti, presidente da C. N. T. I., assim define as comemorações: "esta é uma verdadeira e autêntica assembleia geral dos trabalhadores do Brasil. É a primeira vez que, nestas condições, se planeja, organiza e executa um 1.º de Maio no Brasil — por livre iniciativa dos trabalhadores. É a primeira vez que o "Discurso do Trabalhador" não é o produto do pensamento ou da fantasia de um só homem, e sim a compilação dos apelos de centenas

de sindicatos, representando milhões de trabalhadores."

Entre os pontos da plataforma apresentada, destacam-se a elevação imediata do salário-mínimo; salário profissional para as diversas categorias de trabalhadores; jornada de 8 horas para os operários das indústrias insalubres; lei agrária que assegure a extensão aos trabalhadores do campo de todos os benefícios da legislação trabalhista; aceleração da tramitação da lei orgânica da Justiça do Trabalho, que reduza os prazos de julgamento das questões; modificação radical do projeto de lei orgânica da previdência, assegurando aposentadoria integral aos 55 anos de idade e 30 anos de serviço; reequipamento da Marinha Mercante nacional e proteção à cabotagem e à construção naval. A plataforma refere-se, ainda, à participação dos trabalhadores na administração do SESC, SESI, SENAC e SENAL.

Merece especial destaque a exigência de plena garantia do direito de greve e da liberdade sindical. Diz o "Discurso do Trabalhador": "O artigo 158 da Constituição, que reconhece o direito de greve, não teve melhor sor-

te. O decreto 9.070, ferros e fiel reminiscência do Código Criminal de 1890, anterior à Constituição, continua em vigor e representa a total negação do direito democrático de greve, que só não existe nos países totalitários. Temos o direito de reclamar o exercício do direito amplo de greve, único capaz de levar ao adequado respeito ao nº XIII, do art. 157 — outra vez desrespeitado no que se refere às convenções coletivas de trabalho."

"Outro golpe contra a Constituição — prossegue o Discurso — é a desobediência ultrajante ao seu artigo 159, que assegura a liberdade de associação profissional ou sindical a todas as classes trabalhadoras. Que liberdade é esta que arrebatou aos sindicatos o direito de escolherem livremente os seus mandatários, de promoverem suas assembleias, de administrarem seus bens, de cuidar, enfim, de sua vida associativa, tolhidos que são pelos 99 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, 99 camisas de força que os escravizam ao M.I.T.C., que nêles pode intervir e intervir, sob os mais variados pretextos ou mesmo sem pretexto algum?"

O "Discurso do Trabalhador" é, hoje, uma plataforma de ação comum dos trabalhadores e do movimento sindical brasileiro.

Tratamento Injusto a Operários Especializados da Petrobrás

ALGUNS fatos relacionados com a transferência, para outros setores da administração, de servidores do Conselho Nacional do Petróleo, em exercício na Petrobrás, na Bahia, chama a atenção para um problema grave: o descuido na formação de técnicos e operários especializados para a empresa nacional.

O "Diário Oficial" de 23 de abril publicou um decreto presidencial que transfere, para vários ministérios e repartições, servidores do C.N.P. em exercício na Petrobrás (Bahia). Muitos dos transferidos não deixam lacuna na empresa estatal, em virtude de não serem rem funções especializadas. Outros, porém, deixando lacunas que só poderão ser imediatamente preenchidas recorrendo-se a operários estrangeiros.

DESCONTENTAMENTO ENTRE OS OPERÁRIOS

Essas transferências foram feitas mediante requerimento dos próprios trabalhadores do C.N.P., que a isso foram levados pelo descontentamento diante da situação em que se encontram muitos especialistas brasileiros, colocados em plano inferior aos estrangeiros. Enquanto um sondador brasileiro ganha apenas Cr\$ 11.000,00 (onze mil cruzeiros), um sondador norte-americano ganha de Cr\$ 30.000,00 a Cr\$ 100.000,00 (oitenta a cem mil cruzeiros), com despesas pagas pela Petrobrás. E não se diga que os norte-americanos são melhores técnicos que os brasileiros. Muitas vezes os operários americanos recorrem aos brasileiros, alegando que determinam serviços, nos Estados Unidos, eram feitos por empresas especializadas. Recentemente, no campo de D. João, um operário americano recorreu ao "pusher" brasileiro

Mário Baqueiro, para fazer o tamponamento de um poço. Em face de fatos como esse, muitos auxiliares de sondador torristas sondadores e mesmo "pushers" têm pedido transferência, julgando-se preteridos em seus direitos. Muitos chegam a ser alvo de discriminações injustas, como ocorreu ao "pusher" Jonas Evangelista, velho e competente operário do campo de D. João.

Esta situação deve ter um fim, requerendo providências da direção da Petrobrás. O afastamento do pessoal brasileiro dos sondagens — quando se fala na legal e antinacional participação de companhias estrangeiras na prospecção de novos poços — está causando apreensões justificadas entre os operários e os patriotas em geral.

(Correspondência de Hélio Oliveira, de Salvador.)

A NOTA DA CACEX SOBRE OS PREÇOS DO ALGODÃO

A Comissão de Comércio Exterior do Banco de Brasil divulgou, em fins da semana passada, uma nota em que pretende justificar o esquema algodoeiro adotado pelo governo. Dois são os seus argumentos: 1) em São Paulo a arroba do tipo A está sendo paga a 148 e 150 cruzeiros; 2) As vendas para o mercado externo atingem 70 mil toneladas. Acontece, porém, que esses dados estão longe de justificar a política do governo. Muito ao contrário.

Em primeiro lugar, se as firmas exportadoras estão pagando entre 148 e 150 cruzeiros quando o governo fixou 135, isto mostra que têm razão todos os técnicos da Secretaria de Agricultura de São Paulo que vinham afirmando que, com base nos preços de exportação (523 cruzeiros em Santos), os exportadores poderiam pagar 150 cruzeiros mesmo nos lugares mais distantes. Em segundo lugar, o fato de só termos colocado no mercado internacional um terço dos nossos excedentes (70 mil T.) é um sintoma sério das dificuldades com que se depara o país para escoar sua produção algodoeira. E todos sabem que os E.E.U.U. lançarão no mercado a L. de agosto, sete milhões de fardos.

Com os dados da própria nota da CACEX o governo poderia ter chegado à única conclusão justa: a necessidade de atender aos reclamos da produção.

Por outro lado, esse pronunciamento oficial mostra que a unidade e as manifestações da grande massa de cotonicultores ainda não atingiram o vigor necessário, capaz de conquistar a adoção de medidas governamentais que atendam aos interesses da economia nacional. Neste sentido, a nós compete realizar um grande movimento em torno da bandeira levantada pela ULTAB. Essa entidade, em nota distribuída à imprensa afirma: "A ULTAB defende o ponto de vista de que o governo deve amparar diretamente os produtores, decretando (de acordo com a lei 1.506) um preço mínimo compensador e adquirindo a produção". Entre outras coisas, essa medida permitiria o início da venda do algodão brasileiro aos países do leste europeu, o que abriria enormes perspectivas para as safras futuras.

O decisivo para a vitória é o fortalecimento da unidade dos cotonicultores. Saibamos corajosamente deixar de lado tudo aquilo que possa dividi-los, erguendo com audácia a bandeira do preço mínimo compensador e do comércio com todos os países. Tem toda razão a ULTAB ao afirmar, em sua nota, que "um movimento bastante amplo e unitário dos produtores de algodão, contando com o apoio das Associações Rurais, das cooperativas, dos legislativos municipais, dos prefeitos do interior e de outras autoridades, poderá levar o governo federal a reconhecer a validade da nossa lavoura algodoeira e a modificar sua decisão errônea".



NOVO SINDICATO RURAL

Do correspondente da VOZ em Nova Fátima, Paraná — Foi constituída nesta cidade a comissão organizadora do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Nova Fátima.

Essa comissão lançou um manifesto, apoiada pelo Prefeito municipal e por políticos e personalidades locais. A assembleia de fundação da nova entidade está marcada para 13 de maio.

Este fato vem despertando o maior interesse entre os colonos das fazendas de café bem como entre todos os demais assalariados agrícolas do município. Trata-se de que os trabalhadores rurais começam aqui a compreender que o caminho para a conquista do salário-mínimo é a organização do seu sindicato. O pagamento do salário-mínimo representará uma melhora substancial nos salários dos trabalhadores rurais, sobretudo dos colonos de café.

Têm Direito ao Salário - Mínimo os 120 Mil Trabalhadores Dos Canaviais de Pernambuco

ESCREVEMOS de Pernambuco um leitor para saber se mesmo os assalariados agrícolas que realizam trabalho por empreitada ou por tarefa têm direito a salário-mínimo. Explicamos que a maioria das usinas da Zona da Mata de Pernambuco pagam aos assalariados da lavoura por "contas" ou "braças". Trata-se de uma determinada extensão de terra, na qual deve o trabalhador realizar a limpeza ou o corte da cana. Ambas as medidas variam muito de usina para usina. Há usinas que pagam 50 cruzeiros por uma "conta". Nestas o assalariado dispõe no mínimo três dias de trabalho. Há "contas" de 15 cruzeiros, que correspondem mais ou menos a uma diária, desde que ocupam todo um dia de trabalho.

O sistema de "braças" varia nas mesmas proporções de modo que o assalariado agrícola das usinas de Pernambuco tem uma diária nunca superior a 20 cruzeiros, sendo que não há limite estabelecido para a jornada de trabalho. Esta varia, atingindo em certas usinas até mais de 12 horas.

Há ainda outras formas de pagamento. Por exemplo: o cálculo do trabalho na base dos feixes de cana cortados. Pagam em geral entre 15 e 18 cruzeiros o cento de feixes. Quase nunca o assalariado consegue atingir 200 feixes, mesmo trabalhando 10 e mais horas. Isto é, muda o sistema mas a diária oscila sempre em torno dos 20 cruzeiros. Enquanto isto, o salário-mínimo assegurado pelo decreto n.º 35.450, de 1.º de maio de 1954, é de quarenta cruzeiros em todo o interior de Pernambuco, para a jornada de 8 horas.

TÊM DIREITO AO SALÁRIO-MÍNIMO

O artigo da Consolidação das Leis do Trabalho que assegura o salário-mínimo (art. 76) é redigido com clareza e, se aplica a todo trabalhador "inclusive ao trabalhador rural", segundo referência expressa. O fato de que o trabalho se realize por empreitada não é obstáculo à aplicação do salário-mínimo.

Também os colonos de café realizam um trabalho por empreitada. Ganham segundo os pés de café de que tratam durante um ano. Recentemente, o Juiz de Direito da Comarca de Franca (S. Paulo), ao dar ganho de causa aos colonos de café mandando que os fazendeiros pagassem segundo o salário-mínimo, determinou que o cálculo fosse feito na base do trabalho realizado por um colono em condições normais de trabalho, isto é, na base de 3 mil pés de café por ano. Isto mostra que o trabalho por empreitada não constitui obstáculo à aplicação da lei do salário-mínimo no campo. Quanto aos trabalhadores das usinas de açúcar de Pernambuco, o cálculo terá que ser feito na base do trabalho realizado numa jornada de 8 horas, seja "conta", "braça" ou qualquer outra forma de empreitada.

A conquista deste direito assegurado em lei depende muito dos próprios trabalhadores. Estimam-se os assalariados agrícolas das usinas da Zona da Mata (Pernambuco) em cerca de 120 mil. Lançando-se à luta, essa enorme força alcançará a aplicação do salário-mínimo, ou seja, um aumento atual de pelo menos 100%, sem falar no novo salário-mínimo a ser decretado nos próximos meses. Para isto o essencial é não desprezar nenhuma forma de luta, isto é, realizar tanto as reclamações junto à justiça, como enviar memoriais às Câmaras Legislativas, aos Sindicatos Operários, promover assembleias de seus Sindicatos, etc.

NOVAS VITÓRIAS NA JUSTIÇA

O Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, a exemplo de outras entidades congêneres, vem encaminhando reclamações junto à Justiça para fazer cumprir a lei do salário-mínimo. Neste sentido já foram alcançadas duas importantes vitórias.

No Juízo da Comarca de Cambé, o colono Jacir Ribeiro de Souza requereu, por intermédio do sindicato, o pagamento da diferença entre o salário que percebia e o salário-mínimo vigente no município, bem como o pagamento das férias. Embora tratando-se de um trabalhador agrícola que já tivesse saído da fazenda, o Juiz da Comarca reconheceu o seu direito. Além disto, o Juiz recomendou ao advogado do fazendeiro que daqui por diante aquele pagasse o salário-mínimo.

Em Rolândia foi feito outro acordo em condições mais ou menos idênticas. O Juiz de Direito da localidade, dr. Aurélio Feljó, manifestou a

sua opinião de que os colonos e demais assalariados agrícolas devem receber nas mesmas bases dos operários, segundo estabelece a lei do salário-mínimo.

Estimulados por essas vitórias iniciais os associados do sindicato de Londrina já têm prontas para dar entrada em Juízo mais de 600 petições encarecendo o cumprimento da lei do salário-mínimo e o pagamento das férias.

(Do correspondente da VOZ em Londrina.)

CAMPANHA PELO SALÁRIO-MÍNIMO

O Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina realizou sua primeira assembleia de fundação no dia 29 de janeiro último, na sede da União dos Trabalhadores de Londrina. A esta assembleia compareceram 300 assalariados agrícolas. No dia 26 de fevereiro o Sindicato realizou nova assembleia para tratar do pedido de reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho, com a presença de 215 associados. A diretoria eleita é encabeçada por José Onofre Borges, colono da Água Lindóia. Atualmente, o Sindicato já conta com 1.300 associados.

O Sindicato participou dos trabalhos da Conferência Municipal de Defesa das Leis Sociais, realizada em março. No momento, a sua diretoria estuda o lançamento de uma campanha para a aplicação da lei do salário-mínimo no campo. Os salários pagos aos assalariados agrícolas aqui variam entre 550 e 700 cruzeiros, havendo ainda grande número de colonos que percebem entre 250 e 400 cruzeiros mensais. O salário-mínimo fixado para o município de Londrina é de Cr\$ 1.350,00 a mês.

(Do Correspondente da VOZ em Londrina.)



Arrendatários e meeiros das fazendas situadas às margens do Rio Paraná dirigiram-se ao Presidente da República encarecendo medidas em favor do campesinato. Afirmam nesse documento que tudo quanto produzem entregam aos donos da terra devido aos arrendamentos escorchantes. Por isto, solicitam medidas no sentido do fornecimento de terra e financiamento aos camponeses pobres. Informam que todas as terras situadas às margens do Rio Paraná, desde a Serra do Diabo até o Triângulo Mineiro, foram consideradas devolutas pelo decreto n.º 6473, de 30 de maio de 1934. Entretanto, acham-se nas mãos de pessoas que exploram impiedosamente os camponeses. As ilhas foram transformadas em pastagens pelos fazendeiros que não permitem aos camponeses nelas plantar. Além disto, os arrendamentos são feitos com prazos muito curtos, um ano, no máximo dois, o que obriga os camponeses a viverem emigrando de fazenda em fazenda.

O PREÇO DOS CEREAIS NÃO DÁ NEM PARA O TRANSPORTE

(Do correspondente da VOZ em Campo Mourão, Paraná)

Como nos anos anteriores, reina o desânimo entre os produtores de cereais desta região (localidades de Pinhalão, Pialinho, Paraná d'Oeste, Goio-Erê, Jaracatiá, Mamburê, Juranda, Campina da Lagoa e Cascavel). Os preços para o transporte dos cereais até o centro consumidor mais próximo (Maringá) ultrapassam a quantia paga pelos compradores. A maioria dos lavradores da região é de opinião que não compensa plantar cereais, uma vez que na época da colheita os preços nunca correspondem às suas necessidades. Isto prova que é imprescindível o estabelecimento de preços mínimos compensadores para os produtos agrícolas de cada região, antes de serem iniciadas as colheitas. Esta providência viria impedir o açambarcamento dos produtos por alguns intermediários e estimularia a produção.

A causa do encarecimento dos transportes em nossa região é, sem dúvida, a carência de estradas e o péssimo estado das existentes. O governo do Estado não tem olhado devidamente para este problema, o que determina ficarem as poucas estradas existentes praticamente intransitáveis por longos períodos.

Os lavradores, pequenos produtores e posseiros estão apelando para o governador Lupion no sentido de serem tomadas providências urgentes para a melhoria das estradas, impedindo assim que os cereais, a exemplo do que ocorreu em anos anteriores, apodreçam nessa parte do Estado provocando não só enormes prejuízos à região como determinando o alta dos preços nos centros consumidores.

Delegadas de Todo o País Debaterão Os Problemas da Mulher Trabalhadora

OPERARIAS, camponesas, funcionárias, comerciárias, jornalistas, mulheres de todos os setores sociais reunirão-se na Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras (Rio, 18-29 do corrente) para debater seus problemas e reivindicações essenciais e eleger a representação brasileira à Conferência Mundial (Budapeste, Hungria, 14-17 de junho). Milhares de mulheres já debateram, em todo o país, o tema da Conferência. Outras dezenas de milhares participaram, ainda, dos debates, que se intensificam e que, até o momento, alcançaram seu ponto alto na Conferência Paulista das Mulheres Trabalhadoras (São Paulo, 28-29 de abril), da qual participaram delegações de várias regiões do Estado.

A CONFERÊNCIA PAULISTA

Participaram da Conferência Paulista das Mulheres Trabalhadoras delegadas pertencentes aos vários setores sociais. Operárias das fábricas da Capital e das principais cidades do Interior, jornalistas, funcionárias, comerciárias, camponesas e professoras. Acorreram a São Paulo delegações de Santos, Sorocaba, Batatais, Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Piraporinho, Presidente Epitácio, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Santa Bárbara do Oeste, Andradina, Campinas, Jundiaí e Copouva. As oradoras que desfilaram na tribuna denunciaram a situação das mulheres trabalhadoras nas fábricas, nas empresas comerciais e nas fazendas, apontando suas reivindicações essenciais e urgentes. As resoluções refletem os pontos de vista comuns quanto à solução dos problemas das mulheres que trabalham.

A Conferência contou com o apoio de destacadas personalidades, entre as quais o vice-governador Porfírio da Paz, que compareceram às solenidades de instalação e encerramento, realizadas, perante grande assistência, no salão do Sindicato dos Metalúrgicos.

RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA

Entre as resoluções do conclave paulista destaca-se a

de lutar pelo cumprimento da garantia legal de salário igual para igual trabalho, que não vem sendo respeitada. Nesse sentido, foi proposto que os Sindicatos intensifiquem a fiscalização nos locais de trabalho, promovendo reuniões com esse objetivo. A Conferência resolveu, ainda, lutar para que as empresas mantenham creches à disposição dos filhos das operárias, estendendo para cinco anos a idade com

a qual a criança pode permanecer na creche; pela prorrogação, para uma hora, do horário de amamentação; pela elevação do salário-mínimo em 80%; pelo congelamento dos preços dos principais gêneros de consumo popular; pela anistia ampla a todos os condenados e perseguidos políticos.

A Conferência elegeu a delegação paulista à Conferência Nacional e à Mundial. Esta última é formada pelas sras. Amélia Ferreira, tecelã; Eni Corrêa Toledo, metalúrgica; Maria Aparecida, camponesa; Irene Borjano, jornalista.

TEMÁRIO DA CONFERÊNCIA NACIONAL

A Conferência Nacional,

que será solenemente instalada no Rio de Janeiro, no próximo dia 18, realizará suas sessões plenárias na sede do Sindicato dos Têxteis do Distrito Federal. E o seguinte o temário do conclave:

I — DIREITOS E REIVINDICAÇÕES DAS TRABALHADORAS DA CIDADE E DO CAMPO: a) — aplicação efetiva dos dispositivos da Constituição e da Consolidação das Leis Trabalhistas que beneficiam a mulher trabalhadora; b) — aplicação às trabalhadoras do campo e a domicílio de todos os direitos assegurados às trabalhadoras da cidade; c) — elaboração de novas leis de proteção às trabalhadoras.

II — PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS TRABALHADORAS NA VIDA E ATIVIDADE DE SUAS RES-



PECTIVAS ORGANIZADORAS: a) — sindicalização, associação nas respectivas organizações; b) — participação nas direções das organizações de trabalhadores, em todos os graus; c) — formação de departamentos femininos nas organizações.

Espera-se que cerca de 250 delegadas de todo o país participem da Conferência Nacional. De acordo com o regimento interno da Conferência, poderão participar da mesma: a) — as representantes de organizações, sindicatos, etc.; b) — as representantes de locais de trabalho (fábricas, escritórios, escolas, fazendas, hospitais, repartições públicas, casas comerciais, bancos, etc.); c) — as trabalhadoras a domicílio (costureiras, pespoadadeiras, doceiras, lavadeiras, empregadas domésticas, etc.). Serão, ainda, delegadas, os integrantes da Comissão Nacional e as representantes das Comissões Estaduais e Municipais Organizadoras da Conferência, bem como os convidados especiais da Comissão Nacional.

A REPERCUSSÃO DA CONFERÊNCIA

A realização da Conferência Nacional de Mulheres Trabalhadoras vem encontrando franco apoio e ampla repercussão em todo o país. Já apoiaram a iniciativa destacadas personalidades, como

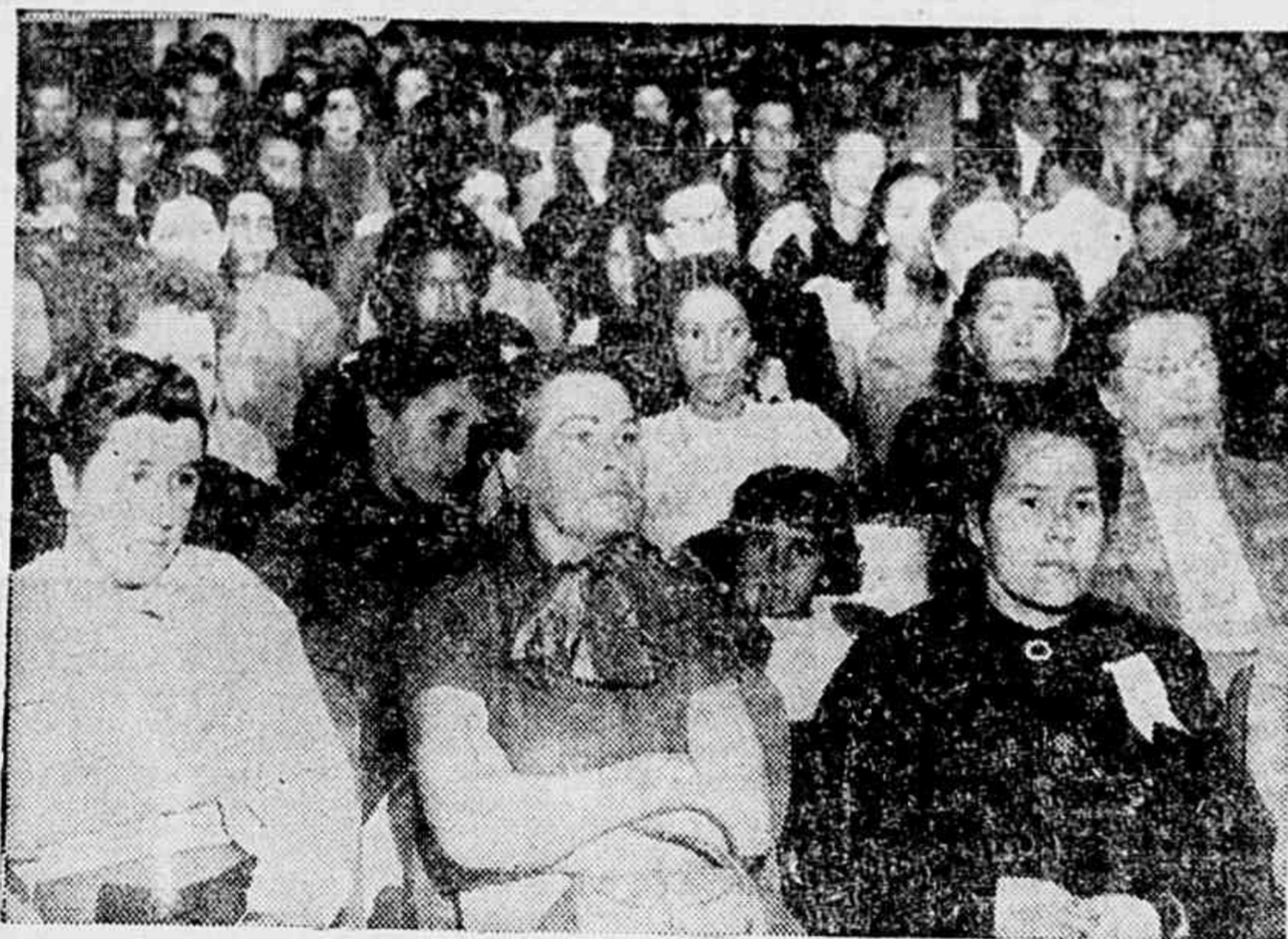
Os deputados a tribuna da Conferência representantes das operárias, camponesas, jornalistas, etc., que expuseram os problemas e reivindicações de seus setores de trabalho ou empresas, apontando soluções para as mesmas. Os debates foram animados realizando-se as sessões plenárias em um ambiente de entusiasmo, para o qual muito contribuíram as delegações que traziam faixas e cartazes apresentando suas reivindicações essenciais. Na foto ao alto: a jornalista Eny Autran quando proferia o discurso de abertura de uma das sessões plenárias da Conferência.

os deputados Ivete Vargas, Aarão Steinbrück, Nita Costa, Getúlio Moura, Campos Vergal, Chagas Rodrigues e Ari Pitombo. Líderes sindicais como Sebastião dos Reis, dirigente do Sindicato dos Têxteis do Rio, Erico Figueiredo Alvarés, presidente da Federação Nacional dos Gráficos, Luís Guimarães, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, vereadores cariocas Waldemar Viana e Helio Walcacer, dirigentes sindicais de São Paulo e de outros Estados, líderes femininas, etc. Recentemente a Conferência Nacional dos Metalúrgicos, reunida em Volta Redonda, votou moção de apoio ao conclave das mulheres trabalhadoras.

A PREPARAÇÃO NOS ESTADOS

Em todos os Estados vem sendo intensificada a preparação da Conferência. Altos preparatórios já se realizaram no Estado do Rio, Alagoas, Distrito Federal, Pará e outros Estados. Numerosas delegadas à Conferência Nacional já fazem eleições.

Há todas as condições para que a Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras seja um importante passo para despertar as massas femininas e apontar-lhes o caminho da organização e da unidade, para a luta pela solução de seus problemas. O êxito que já se vem obtendo na preparação do conclave demonstra que as mulheres brasileiras podem alcançar, com essa Conferência, uma significativa vitória.



Parte da assistência que compareceu à solenidade de instalação da Conferência, lotando completamente o salão do Sindicato dos Metalúrgicos

Mesa dirigente da sessão inaugural da Conferência. Entre os componentes o vice-governador Porfírio da Paz, deputado José Miraglia e General Gentil Falcão

A CONFERÊNCIA BAIANA

Em Salvador, a Conferência das Mulheres Trabalhadoras realizou-se no dia 1º de maio e por isto mesmo constituiu um ponto alto das comemorações do Dia do Trabalho. Para realizá-la, as mulheres trabalhadoras contaram com a solidariedade e o apoio dos líderes sindicais baianos, cuja experiência contribuiu para o êxito da Conferência.

Participaram da Conferência Baiana representantes das diversas camadas da população feminina do Estado: donas de casa, operárias, camponesas e figuras representativas da mulher baiana. Os temas em debate foram aqueles que dizem respeito mais de perto à mulher que trabalha: carestia, salário igual para trabalho igual, respeito às franquias da Legislação Trabalhista quanto à maternidade, etc. Foram destacadas as valiosas experiências com que conta a Associação Feminina da Bahia na luta contra a carestia e que promoverá ainda durante o corrente mês de maio uma ampla Convenção para discutir o problema. Essa iniciativa contou com o apoio unânime da Conferência.

A Conferência das Mulheres Trabalhadoras da Bahia representou um importante passo no sentido da organização e da unidade desse importante contingente da população. Evidência o fato de que cresce o papel que a mulher trabalhadora baiana vem desempenhando na vida política do Estado, a escolha de uma representante sua para falar na Concentração de Primeiro de Maio, realizada na Praça da Sé. Coube essa missão à sra. Amabilia Vilaronga que, em seu discurso, deu conhecimento aos trabalhadores baianos da realização vitoriosa da Conferência das Mulheres Trabalhadoras da Bahia.



Na praça pública, em São Paulo, o povo exprime sua reivindicação de anistia ampla a partir de 1945. Manifestações como esta repetem-se no país inteiro



DIA 17, AS 18 HORAS

NA ESPLANADA DO CASTELO

A vontade popular impulsiona a campanha da anistia para a vitória. Está aberto o caminho para a conquista da anistia ampla. O povo brasileiro luta em duas frentes pela anistia a partir de 1945: junto ao Senado pela extensão do projeto Vieira de Melo a todos os condenados e processados a partir de 1945; junto à Câmara dos Deputados pela aprovação do projeto Sergio Magalhães, que concede anistia em termos amplos.

As forças patrióticas e democráticas não levantaram a palavra de ordem da anistia irrestrita, pois esta não viria unir e sim dividir. Levantaram a palavra de ordem da anistia ampla, que é justa, que a todos abrange. Esta a anistia que o povo reclama. Por isso, os que falam em anistia irrestrita, atribuindo tal formulação às forças democráticas, como o fez Assis Chateaubriand, deturpam o sentido e a realidade da campanha patriótica e tentam com isto, além de abrir uma brecha, negar o caráter unitário da campanha.

Como em 45, os comunistas também hoje não se batem por anistia irrestrita. Não se trata da volta de Luiz Carlos Prestes ao Exército, como tenta fazer crer Chateaubriand, mas de fazer justiça a grande número de brasileiros. Trata-se de que seja reparada a situação de todos aqueles que sofreram injustiças e perseguições nos últimos dez anos. Os comunistas encaram a anistia como um fator de congraçamento e unidade do povo brasileiro, como medida pacificadora que facilitará a luta ulterior pela melhor solução dos graves problemas nacionais, econômicos e financeiros, como importantes providências inscritas na Constituição e permitirá um novo passo no sentido da consolidação da democracia em nosso país. A palavra de ordem da grande campanha nacional que será vitoriosa é agora: Anistia a partir de 1945.

Para que culmine com a vitória a campanha da anistia, contudo, é necessário que esta adquira no momento um novo e mais vigoroso impulso. Todos os meios de contacto mais estreito com os senadores e deputados e à imprensa, a fim de fazer-lhes conhecer a vontade popular, devem ser empregados. Cartas, telegramas e visitas aos parlamentares, formação de comissões, visita às redações dos jornais, etc. Os eleitores dos municípios a que pertencem os deputados e senadores devem enviar-lhes mensagens, cartas, telegramas, etc. Por exemplo: um deputado ou senador é de Barbacena, o eleitorado de Barbacena deve a ele se dirigir, pedindo que vote pela anistia a partir de 45. E assim por diante.

No Distrito Federal, por exemplo, no momento, movimenta-se o eleitorado carioca para se dirigir ao Senado, a fim de apoiar os senadores nas suas justas manifestações pela anistia. O mesmo é feito em relação à Câmara.

Na Quinzena da Anistia, que se realiza no Distrito Federal, têm destacado papel os atos públicos e debates nos bairros. E no próximo dia 17, às 18 horas, na Esplanada do Castelo, realiza-se o COMICIO-MONSTRO de encerramento da Quinzena. Falarão oradores de todas as tendências congratulando-se com o povo por suas vitórias democráticas. A campanha da anistia marcha, assim, para a vitória.

NESTES dias decisivos, que nos separam da votação, na Câmara e no Senado, dos projetos de anistia, cabe ao povo brasileiro demonstrar, na praça pública, sua exigência de aprovação da medida democrática. Grandes demonstrações de massas, em todo o país, culminando no comício-monstro do dia 17, no Rio, farão da Quinzena Nacional da Anistia uma poderosa demonstração do clamor do povo brasileiro pela anistia ampla.



ANISTIA A PARTIR DE 1945